



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

HOSIEL ROSENDO DE FRANÇA

**RELIGIÃO VERSUS CIÊNCIA NO ESTADO LAICO: UMA ANÁLISE
DO DISCURSO CONSERVADOR DE SILAS MALAFAIA ACERCA DA
HOMOSSEXUALIDADE**

CAMPINA GRANDE-PB

2016

HOSIEL ROSENDO DE FRANÇA

**RELIGIÃO VERSUS CIÊNCIA NO ESTADO LAICO: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO CONSERVADOR DE SILAS MALAFAIA ACERCA DA
HOMOSSEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento ao requisito para obtenção do Título de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Ms. Marcelo Vieira da Nóbrega

CAMPINA GRANDE-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F814r França, Hosiel Rosendo de
Religião versus ciência no estado laico [manuscrito] : uma análise do discurso conservador de Silas Malafaia acerca da homossexualidade / Hosiel Rosendo de França. - 2016.
49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Marcelo Vieira da Nóbrega, Departamento de Letras e Artes".

1. Análise do discurso 2. Cristianismo 3. Homossexualismo
4. Formação ideológica 5. Sujeito discursivo I. Título.

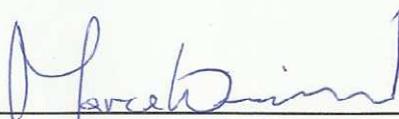
21. ed. CDD 401.41

HOSIEL ROSENDO DE FRANÇA

**RELIGIÃO VERSUS CIÊNCIA NO ESTADO LAICO: UMA ANÁLISE
DO DISCURSO CONSERVADOR DE SILAS MALAFAIA ACERCA DA
HOMOSSEXUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento ao requisito para obtenção do Título de Licenciado em Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Aprovado em: 01/07/2016



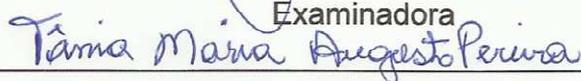
Prof.: Ms. Marcelo Vieira da Nóbrega
Orientador

Nota 9,0



Prof.: Dr.ª Alfredina Rosa Oliveira do Vale
Examinadora

Nota 9,0



Prof.: Dr.ª Tânia Maria Augusto Pereira
Examinadora

Nota 9,0

Média 9,0

CAMPINA GRANDE-PB

2016

RESUMO

A influência do Cristianismo na construção e na manutenção do nosso modelo de moral sexual tem perdido terreno nos Estados Laicos na atualidade, graças ao advento de importantes contribuições científicas que promovem a revisão da própria literatura médica, provocam reflexões acerca do pensamento mágico da religião, sugerem o respeito às liberdades individuais e, apontam para a erradicação ou, no mínimo, para uma redução do preconceito milenar lançado sobre modelos de identidades não oficiais. Essa mudança permite que figuras historicamente perseguidas, como os homossexuais, ganhem visibilidade e passem a lutar por proteção estatal. No Brasil, as religiões reagem introduzindo representantes na política para assegurar a preservação dos seus princípios milenares. Com isso, cria-se um cenário de dicotomia entre conservadores e liberais, acerca dos valores comportamentais preestabelecidos na sociedade. Diante disso, através de uma leitura analítica do discurso, pretendemos, neste trabalho: a) analisar o discurso do pastor e psicólogo Silas Malafaia, proferido em entrevista ao programa do SBT: “De Frente Com Gabi”, em 2013, acerca do Cristianismo e da homossexualidade no séc. XXI: religião *versus* ciência no Estado Laico; b) analisar, no discurso de Malafaia, a heterogeneidade desse sujeito discursivo que busca fundir duas áreas antagônicas, a saber, o discurso religioso e discurso científico, a fim de fundamentar sua formação ideológica a respeito da temática gay; e c) identificar a Formação Discursiva (FD) e a Formação Ideológica (FI) que apontam para a posição de autoria do sujeito que se enuncia, tendo em vista a questão da homofobia no discurso de Malafaia. Nosso suporte teórico está fundamentado na Análise do Discurso (AD) de Linha Francesa. Para isso, recorreremos aos autores Fernandes (2007), Orlandi (2007), dentre outros dessa mesma linha teórica. A análise das respostas dadas por Malafaia, ao longo da entrevista, revela que o preconceito presente na sociedade, que incide sobre orientações sexuais não padrão, quase sempre é concebido a partir de ideologias cristalizadas ligadas ao exercício da fé; ganha repercussão planetária e, a despeito da evolução do pensamento humano, tal preconceito permanece vivo e forte, às vezes, apenas latente.

Palavras-chave: Discurso. Formação Discursiva. Formação Ideológica. Sujeito Discursivo. Cristianismo e Homossexualidade

RÉSUMÉ

L'influence du christianisme dans la construction et l'entretien de notre modèle de moralité sexuelle a perdu du terrain dans les États Laïcs d'aujourd'hui, grâce à l'avènement d'importantes contributions scientifiques qui favorisent la révision de la littérature médicale, provoquent des réflexions à propos de la pensée magique religieuse, suggèrent du respect des libertés individuelles et montrent une direction à l'éradication, ou au minimum, pour une réduction du préjugé séculaire publié sur les modèles d'identités non officielles. Ce changement permet la visibilité des groupes historiquement persécutés, comme les homosexuels, ainsi comme la lutte pour la protection de l'Etat. Au Brésil, les religions réagissent en introduisant des représentants dans la politique pour assurer la préservation de ses principes millénaires. Ainsi, on a créé un scénario de dichotomie entre les conservateurs et les libéraux, sur les valeurs de comportement préétablies dans la société. De ce fait, à travers une lecture analytique du discours, ce travail a pour objectif : a) analyser le discours du pasteur et psychologue Silas Malafaia, à partir de l'interview dans le programme "De Frente Com Gabi", de la chaîne SBT, en 2013, à propos du christianisme et de l'homosexualité dans le XXI^e siècle: la religion *versus* la science dans l'Etat Laïque; b) examiner, dans le discours de Malafaia, l'hétérogénéité de ce sujet discursif qui vise à fusionner les deux zones antagoniques, à savoir le discours religieux et le discours scientifique afin de soutenir sa formation idéologique à propos de la thématique gay; et c) identifier la Formation Discursive (FD) et la Formation Idéologique (FI) qui montrent la position du sujet auteur qui énonce, en raison de la question de l'homophobie dans le discours de Malafaia. Notre base théorique est soutenue sur l'Analyse du discours (DA) de la Ligne Française. Pour cela, nous utilisons les auteurs Fernandes (2007), Orlandi (2007), entre autres de la même ligne théorique. En conséquence, l'analyse des réponses données par Malafaia, tout au long de l'interview, révèlent que ce préjugé dans la société, qui se concentre sur les orientations sexuelles non standard, est presque toujours conçu des idéologies cristallisées liées à l'exercice de la foi ; gagne des répercussions mondiales et, en dépit de l'évolution de la pensée humaine, un tel préjugé est vivant et fort, parfois seulement latent.

Mots-clés: Discours. Formation Discursive. Formation Idéologique. Sujet Discursif. Christianisme e Homosexualité

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. ABORDAGEM TEÓRICA	12
1.1 A linguagem e o discurso.....	12
1.2 O papel do interdiscurso ou memória discursiva.....	13
1.3 Formação discursiva, formação ideológica e formações imaginárias	14
1.4 Sujeito discursivo e função-autor	16
2. ENTREVISTA E ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	19
2.1 Homossexualidade: perspectivas diversas	19
2.2. Diálogo I: O que é homossexualidade: causas e consequências, sob a ótica do pastor .	22
2.3 Diálogo II. Os direitos civis reivindicados pelos homossexuais	27
2.4 Diálogo III: A homossexualidade dentro da igreja e, as estratégias de combate religiosas	33
2.5 Diálogo IV: O tratamento de reversão ou “cura gay”: Conselho Federal de Psicologia <i>versus</i> “psicólogos de Cristo”	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

A religião sempre ocupou e ainda ocupa um lugar de grande importância na vida das sociedades. Seja ela qual for, a religião tem a capacidade de gerenciar a vida das pessoas nas mais distintas áreas, inclusive, no campo da sexualidade, ditando valores e estabelecendo padrões de certo e de errado, de sagrado e de profano.

O Cristianismo é a maior expressão religiosa do Ocidente, dividido entre Catolicismo e Protestantismo. Assim, a fé cristã sempre enxergou no campo da sexualidade uma das possibilidades de controle social e, dessa maneira, disseminou sua ideologia e consolidou seu domínio cada vez mais.

A expansão do Cristianismo contribuiu para a difusão do preconceito histórico lançado sobre os sujeitos de identidade homossexual, ao impor a heterossexualidade como única forma normal e aceitável de expressão sexual humana. Se o Cristianismo, *a priori*, fomentou a ideia da homossexualidade como crime, doença, desvio de caráter e possessão maligna, a Ciência, por muito tempo, também tratou como perturbação mental as identidades não-heterossexuais. Atualmente, a própria Ciência tem revisado sua literatura médica e buscado respostas, a fim de esclarecer essa identidade sexual e provar que ela é tão natural quanto a heterossexualidade. Às religiões cristãs, coube insistir na ideia de que a homossexualidade deve ser encarada como um comportamento aprendido e, por isso, antinatural.

Hoje, apesar de fazer oposição à ciência no campo ideológico, a religião apoia-se na prerrogativa de ser a guardiã da “vontade divina”, a fim de professar sua ideologia e repudiar a homossexualidade, sem querer ser acusada de fomentar a discriminação às orientações sexuais periféricas. Na prática, o caráter inflexível do discurso religioso alimenta práticas preconceituosas cotidianas e dificulta a superação da homofobia.

A Proclamação da República Brasileira, ocorrida em 1889, veio seguida da separação entre Estado e Igreja. Apesar da laicidade existente, ainda hoje o Brasil concentra a maior população católica do mundo. O protestantismo também segue em ascensão no nosso país. Isso explica a grande influência que o Cristianismo exerce na sociedade e na política brasileiras. Dessa forma, as religiões cristãs contribuíram na consolidação e na manutenção da heterossexualidade como padrão a ser seguido, enquanto formas alternativas de vivência sexual, como a homossexualidade, até hoje, são repudiadas por uma parcela conservadora e numerosa da sociedade.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 5º, inciso VI, ratifica a liberdade religiosa: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Por sua vez, no inciso I, do Art. 19º, da Constituição vigente, a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado são assegurados:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Em sociedades predominantemente cristãs, como a nossa, há uma grande valorização da formação ideológica que atribui amor/sexo à reprodução e, por isso, condena as relações amorosas humanas fora da combinação homem-mulher. A despeito disso, com algumas ressalvas, a militância de grupos LGBT¹ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), nas últimas décadas, promoveu conquistas significativas para a comunidade gay, tanto no que tange à aceitação e ao respeito por parte das famílias dos homossexuais, quanto no que se refere ao restante da sociedade. A atuação do Superior Tribunal Federal (STF) também tem auxiliado a Legislação brasileira a atender as transformações sociais do nosso tempo, no que diz respeito ao reconhecimento das novas configurações familiares, isto é, à união estável entre duas pessoas do mesmo sexo e, ao direito à adoção de crianças. Mesmo com jurisprudência, não raro, tais conquistas esbarram no conservadorismo jurídico, político e social, quase sempre, influenciado pela tradição religiosa.

No intuito de acabar com um preconceito histórico a que os homossexuais foram vítimas durante séculos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, retirou a homossexualidade da lista de Classificação Internacional de Doenças (CID) e perturbações

¹ O movimento homossexual no Brasil pode ser dividido em três momentos marcantes, chamados de “Três Ondas”: “A primeira Onda”, como pontua Facchini, surgiu e se expandiu na segunda metade dos anos de 1970, no período de abertura política. O grupo de afirmação homossexual SOMOS, foi um marco para o movimento e serve de referência até hoje. “A Segunda Onda” é marcada pela redemocratização do país, seguida de um declínio do movimento homossexual, prejudicado pelo surgimento da AIDS, chamada de “peste gay”. A Terceira e última “Onda”, iniciada no começo dos anos 1990, marca o reflorescimento e retomada das atividades militantes: maior visibilidade nas mídias, ganham apoio e participação nas ações dos grupos de Direitos Humanos, articulam-se politicamente, fundam associações e promovem eventos grandiosos, como a “parada gay”.

mentais; por sua vez, o Conselho Federal de Psicologia brasileiro, em 1999, lançou uma resolução proibindo que psicólogos defendam publicamente uma “cura” para a homossexualidade e, que empreguem em seus consultórios, sem ser solicitados, terapias de reversão sexual para os gays.

Entretanto, a identidade homossexual e, principalmente, o ativismo gay tem se deparado com o avanço da ideologia religiosa cristã sobre o Estado Laico brasileiro, através da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), grupo formado por deputados federais e senadores, eleitos por várias denominações protestantes, principalmente pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e pela Assembleia de Deus, com o propósito de defender os interesses da igreja e sua ideologia religiosa. Lideranças católicas, atuantes na política brasileira, ajudam a compor esse grupo de cunho religioso denominado de “bancada da Bíblia”, constituído por paladinos da moralidade cristã na esfera legislativa.

Até onde podemos compreender, a “bancada da Bíblia” pretende resgatar a hegemonia perdida com a separação entre Estado e Igreja, ocorrida com a chegada da república e, com isso, estender sua visão de mundo à toda a nação. Para isso, essa bancada busca interferir diretamente na política e dificultar a aprovação de quaisquer projetos de lei que firam seus princípios cristãos, principalmente, os que dizem respeito às reivindicações da comunidade gay.

Desse modo, sob nossa ótica, essa interferência religiosa nos rumos do país, representa uma extrapolação ao que estabelece o Art. 5º, incisos IV, VI e VIII; como também, o Art. 19º, inciso I, da Constituição Federal vigente, no que tange à liberdade de expressão, de culto à fé, no que diz respeito à postura que o Estado deve adotar frente às religiões, e se configura um retrocesso social e uma violação ao Estado Laico.

Entendemos que a sociedade brasileira é diversificada e a política nacional é o reflexo dessa sociedade. Logo, é salutar a qualquer debate haver ideologias divergentes que expressem a pluralidade do pensamento humano. No entanto, a existência de grupos religiosos na política torna-se uma ameaça ao caráter laico do nosso país, a partir do momento em que esses grupos contornam as leis existentes e confeccionam outras favoráveis a eles, mediante uma interpretação particular do direito inalienável às liberdades de expressão e de credo, a fim de estabelecer um padrão moral a uma sociedade tão heterogênea quanto o é a própria natureza humana.

Vale salientar que, não temos como objetivo negligenciar a influência que outras religiões de menor porte tiveram e ainda têm nas formações ideológicas que constituem a sociedade brasileira. Contudo, por ser o Cristianismo um conjunto de religiões de maior

cobertura e número de fiéis, consegue convencer uma parcela muito mais expressiva de pessoas acerca da sua ideologia.

Considerando essas reflexões, nosso objeto de análise é o discurso do pastor e psicólogo Silas Malafaia, proferido em entrevista ao programa do SBT, “De Frente com Gabi”, em Fevereiro de 2013. Na entrevista, o pastor e psicólogo faz declarações tidas como polêmicas a respeito da homossexualidade, ao afirmar que essa condição sexual nada mais é do que uma questão “comportamental”, que “ninguém nasce gay”, mas “adquire esse comportamento, de maneira imposta ou aprendida”, e que não aceita a homossexualidade em função de essa modalidade de relacionamento sexual/amoroso entre duas pessoas do mesmo sexo ser condenada à luz da Bíblia.

Malafaia também defende a “cura gay”, isto é, a reorientação sexual aplicada por psicólogos aos pacientes homossexuais que a queiram; ele, ainda, é terminantemente contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, à adoção de crianças por casais gays e tudo o que diz respeito à PLC 122². Para justificar seu ponto de vista acerca da homossexualidade, Malafaia lança mão da Bíblia, da Genética, da Psicologia e de dados estatísticos, sem apontar suas fontes.

Nessa perspectiva, o nosso trabalho objetiva analisar o discurso do pastor e psicólogo Silas Malafaia, proferido em entrevista ao programa do SBT: “De Frente Com Gabi”, acerca do Cristianismo e da homossexualidade no séc. XXI: religião *versus* ciência no Estado Laico. Especificamente, pretendemos: a) analisar no discurso de Malafaia a heterogeneidade desse sujeito discursivo que busca fundir duas áreas antagônicas, a saber, o discurso religioso e o discurso científico, a fim de fundamentar sua formação ideológica a respeito da temática gay; b) identificar a formação discursiva (FD) e a formação ideológica (FI) que apontam para a posição de autoria do sujeito que se enuncia, tendo em vista a questão da homofobia.

Desse modo, a nossa análise busca explicar o processo de construção do sujeito discursivo e sua inscrição numa determinada formação discursiva, marcada por condições sociais, históricas e ideológicas que o fazem assumir uma posição específica no ato da enunciação.

Vale ressaltar que, procuramos, também, apontar o Cristianismo como fonte da moralidade, na qual estamos inseridos, bem como, promover a reflexão desses conceitos

² Projeto de Lei Constitucional apresentado pela senadora Marta Suplicy, também conhecido de Lei anti-homofobia, que visa alterar a lei 7.716/89 do código penal e criminalizar a homofobia. Atualmente, esse projeto se encontra arquivado.

religiosos milenares, convencionados e impostos, a respeito da sexualidade humana, confrontando-os com o pensamento da ciência moderna e, dialogando com os princípios basilares que norteiam o caráter democrático e laico do nosso país. Dessa forma, pretendemos contribuir para esse debate tão atual que ultrapassa as questões privadas à prática religiosa e à sexualidade, alcança a esfera da saúde físico-mental, além do circuito sócio-educacional.

Para isso, o nosso trabalho está fundamentado nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, que tem o discurso (dito e o não dito) como objeto de estudo.

Após assistirmos à entrevista exibida pela emissora de televisão, acessamos o mesmo conteúdo integralmente pela internet, com o intento de transcrevermos de maneira fiel a entrevista completa. Em seguida, selecionamos alguns diálogos que serviram de *corpus* para nossa análise.

Identificamos que a entrevista é pautada, basicamente, em quatro eixos importantes: a) o que é homossexualidade: causas e consequências, sob a ótica do pastor; b) os direitos civis reivindicados pelos homossexuais, como o direito ao casamento, à adoção de crianças e à aprovação da criminalização da homofobia; c) a homossexualidade dentro da igreja e, a postura de enfrentamento da instituição religiosa com relação ao tema; d) e por último, o tratamento de reversão ou “cura gay”: Conselho Federal de Psicologia *versus* “Psicólogos de Cristo”.

Os diálogos analisados não representam a entrevista integralmente, por julgarmos ser muito extensa e, por isso, apresentar redundância temática, pensamentos inconclusos e trechos de pouca expressividade ideológica. Desde já, afirmamos que o material de análise não sofreu quaisquer prejuízos ou manipulação, a ponto de se tornar uma montagem de trechos desconexos, capaz de distorcer o discurso de Malafaia.

Os dados que compõem o *corpus* representam, principalmente, o pensamento de determinados sujeitos ou grupos religiosos mais conservadores, haja vista, que uma parcela expressiva dos cristãos, embora não aprove a homossexualidade, compreende o papel da Igreja, enquanto cuidadora das almas e, reconhece a função do Estado, como entidade democrática e livre de dogmas religiosos.

Julgamos pertinente tal análise por se tratar de um sujeito conhecido publicamente e, portanto, formador de opinião, principalmente, porque utiliza seu lugar de poder (pastor evangélico e psicólogo) para disseminar, dentro da Igreja e em sociedade, uma ideologia religiosa não-pacífica, que transcende o direito constitucional inalienável ao exercício do

pensamento e da fé, refutando a pluralidade de pensamento, contrariando o Conselho Federal de Psicologia e almejando ascender à categoria de força de lei.

Este trabalho está dividido em dois capítulos: um, teórico, e o outro, com concepções sobre homossexualidade, seguido da reprodução dos principais diálogos e, análise das respostas de Malafaia durante a entrevista, exceto a introdução, as considerações finais e a bibliografia presentes.

O primeiro capítulo é reservado à abordagem das concepções teóricas essenciais à fundamentação da nossa análise, tais como: discurso, memória discursiva/interdiscurso, formação ideológica e formação discursiva, sujeito discursivo e função autor. Para isso, baseamo-nos em alguns pesquisadores do campo discursivo, dentre eles, Fernandes (2007) e Orlandi (2007). O segundo capítulo tem por objetivo explicar diversas concepções sobre a homossexualidade, sob as óticas da Educação, da Ciência e do Cristianismo, e principalmente, destinar-se à apresentação da análise do *corpus* do nosso trabalho: crítica de um pastor e psicólogo a respeito da homossexualidade e as garantias civis reivindicadas pela comunidade LGBT. Buscamos interpretar as respostas dadas pelo pastor-psicólogo, no intuito de evidenciar os possíveis efeitos de sentidos contidos em cada enunciado.

1. ABORDAGEM TEÓRICA

1.1 A linguagem e o discurso

Nosso objeto de estudo nesse trabalho é o discurso. Partindo do princípio de que sempre estamos envolvidos em um processo de produção de sentidos que nos exige, constantemente, um ato de interpretação, tal processo ocorre quando o discurso se materializa na linguagem. “A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Desse modo, faremos uma leitura analítica do nosso trabalho, à luz da AD (francesa). Fernandes (2007) argumenta que:

O discurso não é a língua e nem a fala, mas como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; realiza-se, então, por meio de uma materialidade linguística (verbal e/ou não verbal), cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas (linguísticos e/ou semióticos) estruturalmente elaborados. (FERNANDES 2007, p. 23).

Assim sendo, para se fazer uma análise de um determinado discurso sob a ótica da Análise do Discurso, o analista deve levar em consideração não somente os aspectos linguísticos presentes no discurso, mas, principalmente, os aspectos extralinguísticos, buscando na exterioridade do discurso revelar o dito e o não dito.

Dessa forma, para a AD, o discurso é visto como produção de sentidos materializada na linguagem e, “analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais”. (FERNANDES, 2007, p. 21). Nessa perspectiva, Pêcheux (1997) afirma que:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX, 1997, p. 190).

Diante disso, percebemos que o contexto sócio-histórico é de fundamental relevância para a produção dos efeitos de sentidos de um determinado discurso, uma vez que, para a AD, é na exterioridade, isto é, nas condições sociais e históricas que repousam os

possíveis sentidos encontrados no discurso. São as condições de produção responsáveis por determinar as posições ideológicas assumidas por cada sujeito no ato da enunciação. Trata-se

de alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando (...) marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (ORLANDI, 1999, p. 32).

Para Fernandes (2007), o discurso é marcado pela contradição, pela fragmentação, pela polifonia e pela heterogeneidade. Segundo o autor, o discurso do sujeito

Constitui-se do entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição, que se negam e se contradizem. Ao considerarmos um sujeito discursivo, acerca de um mesmo tema, encontramos em sua voz diferentes vozes, oriundas de diferentes discursos. À presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito, na Análise do Discurso, denomina-se **polifonia** [...] Face à não uniformidade do sujeito, à polifonia constitutiva do sujeito discursivo, temos a noção de **heterogeneidade**, que [...] designa um objeto constituído de elementos diversificados (FERNANDES, 2007, p. 36). (grifos do autor).

Ou seja, os discursos produzidos pelos sujeitos apontam para discursos outros existentes na exterioridade, no social, já ditos antes por alguém, em algum lugar, que adquirem, mais uma vez, uma materialidade na voz desse sujeito discursivo, e que se tornam responsáveis pela sustentação do dizer.

1.2 O papel do interdiscurso ou memória discursiva

O interdiscurso é responsável pela significação de todo o dizer. “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (ORLANDI, 2007, p. 33). Com isso, compreendemos que aquilo que falamos em determinada situação, não tem origem em nós mesmos, mas carrega uma bagagem de sentidos que nos antecedem e que são sedimentados pela história, mas que se encontram “adormecidos”. Assim, a cada nova formação discursiva, essa bagagem histórica adquire, também, nova materialidade. Desse modo,

toda formação discursiva apresenta, em seu interior, a presença de diferentes discursos, ao que, na AD, denomina-se **interdiscurso**. Trata-se [...] de uma **interdiscursividade** caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. (FERNANDES, 2007, p.51) (grifos do autor).

Diante disso, percebemos que o interdiscurso é o que torna possível tudo aquilo o que falamos. Percebemos também, que existe um já-dito por outros sujeitos afetados por condições sócio-histórico-ideológicas. A este respeito, Orlandi (2007, p. 32) assevera que “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”.

Isto posto, o interdiscurso é a base de toda formação discursiva e de seus possíveis sentidos assentados pela história, mas apagados pelo inconsciente. Assim sendo, o sujeito ao significar, traz de volta esses saberes depositados no inconsciente, que, por sua vez, geram no sujeito a impressão de que aquilo que ele pensa e fala tem origem nele mesmo. Parafraseando Pêcheux (1975), essa falsa impressão é caracterizada por duas formas de esquecimentos: o de número dois, que é da ordem da enunciação (o dizer sempre podia ser outro, dito de modo diferente) e, o de número um, também chamado de esquecimento ideológico (ilusão de sermos a origem do que dizemos).

1.3 Formação discursiva, formação ideológica e formações imaginárias

Conforme Fernandes (2007, p. 56), “Formação Discursiva é o que se pode dizer somente em determinada época e espaço social, ao que tem lugar e realização a partir de condições de produção específicas, historicamente definidas”. Ainda, de acordo com o autor, “uma formação discursiva dada apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na”. Parafraseando Fernandes (2007), isso quer dizer que, em um mesmo tema podemos encontrar diferentes discursos coexistentes, ou seja, cada enunciado põe em relevo conflitos sociais oriundos dos lugares de enunciação assumidos pelos sujeitos socialmente organizados. Para Foucault (1995), a Formação Discursiva (FD):

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem (FOUCAULT, 1995, p. 31).

Já, as Formações Ideológicas (FI), para a AD, são um conjunto amplo de atitudes e concepções de mundo de um grupo social específico. É um “conjunto complexo de atividades e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1975, p. 166). Como sabemos, o discurso é ideológico, por

excelência, e “engloba a coletividade dos sujeitos que compartilham aspectos socioculturais e ideológicos, e mantém-se em contraposição a outros discursos” (FERNANDES, 2007, p. 60). Ainda de acordo com Fernandes (2007, p. 49), “os efeitos de sentido desses então enunciados revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação, dos lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados”.

Assim sendo, o trabalho de constituição dos sentidos produzidos na discursividade está diretamente ligado à ideologia, uma vez que, para a AD, a ideologia “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI 2007, p. 46). Em outras palavras, é através da ideologia que podemos observar as diferentes posições dos sujeitos no discurso, pois, no ato da enunciação, inscrevem-se numa formação discursiva específica e não em outra. Ou seja, através da ideologia consegue-se revelar possíveis sentidos existentes no dito e no não dito.

O processo de constituição dos sentidos de uma formação discursiva, também precisa ser submetido à interpretação. O ato de interpretar aponta para a ideologia na qual o sujeito está inserido. Nesse processo, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI 2007, p. 46). Desse modo, a interpretação traz à luz a relação do sujeito arraigado à história e afetado pela língua. Assim, os sentidos “são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (FERNANDES, 2007, p. 20). A esse respeito, Orlandi (2007, p. 47) afirma que: “Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito e, não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados”.

Nessa perspectiva, em AD, os discursos são produzidos através do processo de interlocução entre os sujeitos em posições definidas e socialmente organizadas. Dessas posições, resultam os sentidos, isto é, os “efeitos de sentido”, “num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder” (ORLANDI, 2007, p. 38). As condições de produção do discurso estão pautadas em alguns fatores como: relações de sentido, relações de força e, a antecipação. Tais fatores constituem as Formações Imaginárias.

De acordo com a noção de Relação de sentidos, “não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2007, p. 39).

A noção de Relação de forças, por sua vez, considera “que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2007, p. 39). Em outras palavras,

numa sociedade hierarquizada como a nossa, o mecanismo imaginário produz imagens do sujeito e imagens do objeto do discurso numa conjuntura sócio-histórica, de modo que, as posições ocupadas pelos sujeitos são extremamente relevantes no processo de discursividade. Ou seja, dependendo de quem fala o quê, a palavra de um determinado sujeito tem uma validade maior do que a palavra de um outro sujeito que esteja numa posição social inferior a aquele. Por exemplo, a fala de um professor em relação a fala de um aluno; a fala de um líder religioso em relação a fala de um fiel, etc.

Por último, a noção de Antecipação também trabalha o jogo de imagens no processo de constituição dos sujeitos situados numa conjuntura sócio-histórica vigente nas sociedades de classes. Assim, o sujeito “antecipa-se a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo e não de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (ORLANDI, 2007, p. 39). Ainda, segundo Orlandi (2007, p. 41-42), “Isso faz com que o sujeito ajuste seu discurso a seus objetivos, trabalhando esse jogo de imagens com as palavras que o interlocutor gostaria de, deveria ouvir”.

1.4 Sujeito discursivo e função-autor

Quando nos propomos a explicar a noção de sujeito discursivo, é necessário distingui-la da ideia de sujeito gramatical ou de um sujeito individual, específico, assim como eu ou você, por exemplo, que possui existência particular no mundo. Para a AD, o sujeito discursivo é determinado pela história, ou seja, é um ser que possui uma natureza social definida por uma exterioridade que se revela no ato da enunciação e, desse modo, o sujeito, através do seu discurso, assume uma determinada posição e, não outra, em um segmento social específico.

O sujeito discursivo deve ser considerado sempre como um ser social, apreendido em um espaço coletivo; portanto, trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade, em um “eu” individualizado, e sim um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico, em um dado momento da história e não em outro. (FERNANDES, 2007, p. 33).

Por ser historicamente determinado, o sujeito discursivo é constituído pela polifonia (muitas vozes) e pela heterogeneidade (no caso, um ser constituído de elementos diversificados, isto é, de diferentes discursos).

Assim sendo, o sujeito discursivo não é a origem do dizer. Ou seja, aquilo que ele fala não é seu, mas pertence a uma relação de discursos outros que o antecedem e que são responsáveis pela constituição desse sujeito e desse discurso. Em outras palavras, à medida que o sujeito discursivo se posiciona sobre determinado tema em um segmento social específico, ele “resgata” as diferentes vozes que já disseram antes, em algum lugar aquilo que o sujeito diz no ato da enunciação. É isso o que chamamos de exterioridade. Desse modo, o discurso sempre colocará em evidência a presença do outro, uma vez que, o sujeito discursivo é heterogêneo, mesmo quando acredita ser a origem do dizer. Diante disso, podemos constatar que a linguagem, responsável pela materialização da ideologia no discurso, é quem torna possível o processo de interação social. É nesse cenário da linguagem onde se entrecruzam os sujeitos e os discursos presentes na sociedade. Assim, o sujeito discursivo é afetado pelo desconhecido, pelo inconsciente e, é visto como um sujeito descentrado, constituído entre o “eu e o outro”.

Essa perspectiva corrobora a compreensão do sujeito como descentrado, considerando que *sempre sob as palavras “outras palavras” são ditas*. O sujeito tem a ilusão de ser o centro de seu dizer, mas desconhece que a *exterioridade está no interior do sujeito*, em seu discurso está o “outro”, compreendido como exterioridade social. (FERNANDES, 2007, p. 41)

A respeito da função-autor, Orlandi (2007, p. 73) considera “o sujeito como resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito”. Isso quer dizer que a função-autor é uma função discursiva do sujeito, que leva em consideração o lugar ideológico de onde enuncia o sujeito (MUSSALIM, 2006). Em outras palavras, o que deve ser observado é o lugar onde o sujeito produz seu discurso e a relação desse discurso com quem enuncia. De acordo com Foucault (1971 *apud* ORLANDI, 2007, p. 74), “há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso”.

Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (ORLANDI, 2007, p. 76).

Sendo assim, de acordo com Orlandi (2007), o sujeito, isto é, o autor é livre para falar o que quiser, desde que se submeta às condições preestabelecidas pela linguagem para que o processo comunicativo, por meio do discurso, ocorra e seja compreensível ou, no

mínimo, que se consiga decodifica-lo. Ainda, de acordo com Orlandi (2007, p. 75), a função-autor “é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc”.

2. ENTREVISTA E ANÁLISE DO *CORPUS*

Para Fernandes (2007, p.18) “o discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas”. Seguindo esse princípio, neste capítulo, apresentamos o *corpus* do nosso trabalho (crítica de um pastor e psicólogo a respeito da homossexualidade e as garantias civis reivindicadas pela comunidade LGBT), no intento de analisá-lo à luz dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, elucidados anteriormente. Sob esse viés teórico, procuramos identificar no *corpus*, os possíveis sentidos do dito e do não dito e sua relação com o contexto sócio-histórico-ideológico em que o sujeito discursivo está inserido; bem como, analisar a formação discursiva (FD) e a formação ideológica (FI) que apontam para a posição de autoria do sujeito do discurso, partindo da problemática do preconceito contra os homossexuais. Para tanto, selecionamos os diálogos mais expressivos, sob nossa ótica, da entrevista dada pelo pastor e psicólogo Silas Malafaia, ao Programa do SBT “De Frente Com Gabi”.

Antes de expormos a entrevista e a análise do *corpus*, selecionamos algumas definições a respeito da homossexualidade, sob as óticas da Educação, da Ciência e do Cristianismo.

2.1 Homossexualidade: perspectivas diversas

Lopes (2016), pontua que:

A homossexualidade refere-se à situação na qual o interesse e o desejo sexual dirigem-se a pessoas do mesmo sexo. É uma das possibilidades verificadas de manifestação da sexualidade e afetividade humana. É um comportamento aprendido, um padrão duradouro de organização do desejo sexual. (LOPES, Patrícia. “Homossexualidade”; *Brasil Escola*).

Ceccarelle & Franco (2010), afirmam que:

A homossexualidade é uma construção de um discurso social sedimentado nas referências simbólicas que ditam os parâmetros sexuais de normalidade levando a exclusão do sujeito homossexual no discurso dominante de uma dada cultura por seu comportamento “desviante”. (CECCARELLE e FRANCO, 2010, p. 127).

Para Chaves (2013):

Deve-se superar a teologia e a metafísica partindo da lúcida consideração de que não existem valores e normas eternos, desde sempre criados, para além da realidade humana, e, sim, valores e normas inventados, construídos num determinado espaço e num determinado tempo a partir da relação de determinados poderes condicionados socialmente.[...] Isto exige que o psicólogo esteja livre de preconceitos, ou seja, de conceitos pré-concebidos ou irrefletidos, desvinculado de qualquer dogmatismo e, principalmente, de qualquer obscurantismo religioso[...]. (CHAVES, Anselmo de Lira. A Psicologia e a “Cura” da Homossexualidade).

Sob o respaldo do geneticista Newton Freire Maia (*apud* Vieira, 2013), em vídeo de resposta a Silas Malafaia:

Os genes e o meio em que se vive são igualmente importantes. Antes haviam cientistas que acreditavam no Inatismo, ou seja, que as pessoas já nasciam fadadas a expressar determinada sexualidade. Outros cientistas defendiam o Comportamentismo, isto é, tudo era determinado pelo ambiente. Esse confronto em voga no final do século passado não existe mais.

FREUD (*apud* JONES, 1979), declara que:

A homossexualidade não é, certamente, nenhuma vantagem, mas não é nada de que se tenha de envergonhar; nenhum vício, nenhuma degradação, não pode ser classificada como doença; nós a consideramos como uma variação da função sexual (JONES, Ernest, 1979, p. 73).

O Conselho Federal de Psicologia afirma que:

A forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade; que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão; que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente; que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações. (CFP, Resolução 001/99)

Por fim, o Cristianismo considera a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, prática antinatural, perversão, crime, possessão maligna, e conduta abominável aos olhos de Deus, punível com desprezo, morte e perda da salvação eterna, como podemos comprovar nos textos bíblicos encontrados nos Velho e Novo Testamentos: “Com varão não te deitarás, como se fosse mulher: abominação é” (LEVÍTICO, 18:22); “Quando também um homem se deitar com outro homem como com mulher, ambos fizeram abominação; certamente morrerão; o seu sangue é sobre eles” (LEVÍTICO, 20:13).

Romanos (1:26-27), relata:

Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E semelhantemente também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.

I Coríntios (6:10), adverte:

Não erreis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os **efeminados**, nem os **sodomitas**, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o Reino de Deus. (grifos nossos).

Notamos que autores e entidades contemporâneos, a exemplo de Lopes (2016), Ceccarelli & Franco (2010), CFP (1999) e Freud (*apud* Jones, 1979) utilizam a expressão “homossexualidade” para se referirem à relação sexual-afetiva entre duas pessoas do mesmo sexo; Chaves (2013), referindo-se à homossexualidade, defende a superação da influência religiosa na definição dos valores comportamentais vigentes, como forma de se compreender a pluralidade dos modos de pensar e agir; Newton Freire Maia (*apud* Vieira, 2013) afirma que explicações sobre a sexualidade humana encontram amparo nos genes e no ambiente de convivência; por último, os textos bíblicos classificam como efeminados e sodomitas os sujeitos que praticam relação sexual com outro do mesmo sexo, haja vista que, a expressão “homossexualismo” só foi criada em 1868 pelo jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny.

É importante ressaltarmos que o termo “sodomia” é uma referência à cidade de Sodoma, narrada no livro de Gênesis, que supostamente foi destruída pela ira divina por causa da prática de relações sexuais entre homens; já o vocábulo “homossexualismo”, de sufixo “ismo”, foi substituído pela expressão “homossexualidade”, de sufixo “dade”, logo após a revisão da literatura médica sobre sexualidade, nos anos de 1990, em que a atração por pessoas do mesmo sexo saiu da lista de CID, deixando de ser considerada doença ou perversão. Essa mudança de terminologia é justificada pelos grupos LGBT, por acreditarem que o primeiro termo conserva o ranço de doença mantido por muito tempo sobre os sujeitos gays.

2.2 Diálogo I: O que é homossexualidade: causas e consequências, sob a ótica do pastor

GABI – No discurso de posse do 2º mandato, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama disse textualmente: “Nossa jornada não estará completa até que nossos irmãos gays sejam tratados como qualquer pessoa”. Na sua igreja ele não teria sido reeleito?

SILAS – *Na minha igreja, não. Ele não teria sido reeleito. Deixa eu te falar um pouquinho sobre essa questão de homossexualismo.*

GABI – Dade

SILAS – *Hãh?*

GABI – Homossexualidade!

SILAS – *Homossexualidade. Isso, obrigado! Deixa eu te falar uma coisa: 1º, ninguém nasce gay. Homossexualismo é um comportamento. Eu vou fazer uma definição.*

GABI – Isso é contestável!

SILAS – *Tá! Então vamos lá! É contestável?! Eu mando vim na Genética. Quem é que pode dizer se alguém nasce gay ou não? Não é a psicologia, é a genética! A ciência que pode dizer... [...]*

SILAS – *Deixa eu te falar uma coisa que é muito interessante: ninguém nasce gay. Não existe ordem cromossômica homossexual. Não existe gene homossexual, existe ordem cromossômica de macho e de fêmea. Então vou fazer uma definição de homossexualismo: um homem e uma mulher...*

GABI – Homossexualidade!

SILAS – *Não, homossexualismo, a prática. Eu posso falar homossexualismo ou homossexualidade. Não tem...*

GABI – Não, é que homossexualismo caracteriza “doença”

SILAS – *Não, não vejo como doença! Eu não vejo! Vejo como comportamento! Nada de doença! Então, um homem e uma mulher por determinação genética, ou um homossexual por preferência aprendida ou imposta. Agora vamos para a pesquisa: 46% dos homossexuais foram violados, violentados quando crianças ou adolescentes. Como é que alguém nasce?! 46%. 54% escolheram ser [...]*

No diálogo I, a apresentadora Gabi inicia a entrevista citando uma frase do discurso de posse do segundo mandato do presidente dos Estados Unidos Barack Obama, ocorrido em 20/01/2013: “Nossa jornada não estará completa até que nossos irmãos e irmãs

gays sejam tratados como qualquer pessoa”. Em seguida, Gabi pergunta ao pastor Malafaia: “*Na sua igreja ele não teria sido reeleito?*”, e o pastor responde: “*Na minha igreja, não! Ele não teria sido reeleito!*”.

Nesse diálogo encontramos um sujeito discursivo centrado no “Eu”, que adota uma postura radical quando responde: “*Na minha igreja não! Ele não teria sido reeleito*”. Segundo nossa análise, ao vocábulo “irmãos”, utilizado pelo presidente dos EUA, Barack Obama, para se referir aos gays, não repousa qualquer sentido religioso semelhante à conotação “irmãos em Cristo”, expressão empregada habitualmente entre membros de uma mesma religião para se dirigir uns aos outros. A expressão adotada pelo chefe de Estado americano traz consigo o sentido de “mesma raça”, isto é, seres humanos iguais a qualquer outro.

Nessa ótica, ao concordar que o presidente americano não se reelegeria com os votos da igreja por desejar que “*nossos irmãos e irmãs gays sejam tratados como qualquer pessoa*”, isto é, como seres humanos iguais a quaisquer outros, o pastor Malafaia não se compromete em combater o preconceito contra os gays, por ter uma ideologia cristã conservadora. Dessa forma, ao se posicionar claramente contra a formação discursiva do presidente americano, a respeito dos “*nossos irmãos e irmãs gays*”, o pastor evangélico autoriza seus fiéis a não refutarem a discriminação contra os homossexuais e desencoraja a sociedade, como um todo, de apoiar a implantação da igualdade de direitos. Esse pastor, ainda, defende o monopólio por heterossexuais dos privilégios sociais dos quais goza.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que se o presidente Barack Obama estivesse pleiteando as eleições presidenciais aqui no Brasil, o pastor Malafaia, em seus discursos na igreja, utilizaria o seu lugar de poder, sua capacidade de persuasão, por meio da liderança espiritual a qual exerce, para sugerir que os seus fiéis não votassem no candidato Obama, e sim que em outro candidato que não apoiasse a homossexualidade, nem os direitos civis reivindicados pela comunidade gay.

A partir desse momento, fica claro que Malafaia está inserido em uma formação discursiva específica contrária a militância gay e, enuncia a partir dessa posição, revelando em seu discurso determinadas condições sociais, históricas e ideológicas ligadas a sua fé.

Segundo Orlandi (2007, p. 43), “a (FD) se define como aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito”. Assim sendo, o sujeito discursivo, guiado por sua formação ideológica cristã, a partir da autoridade religiosa que lhe é conferida, enquanto pastor, formula um discurso que se contrapõe ao discurso de uma outra autoridade que ocupa

um outro lugar de poder: o de Chefe de Estado norte-americano. Esse posicionamento do pastor, contrário à militância gay, em um contexto nacional e até global, gera o conflito que é nosso objeto de estudo: o Cristianismo e a homossexualidade no séc. XXI: religião *versus* ciência do Estado Laico.

Ao adotar o signo linguístico “*minha igreja*”, encontramos um discurso fortemente marcado pela ideia de posse, que evidencia a relação de poder desse sujeito discursivo para com os seus fiéis. Já, no trecho: “*Eu mando vir na Genética*”; “*Ninguém nasce gay. Homossexualismo é um comportamento!*”, constatamos a presença de marcas carregadas de um suposto conhecimento e autoridade no assunto, além de uma valorização da identidade heterossexual, tida como única forma natural de sexualidade; bem como, uma forte rejeição à concepção do inatismo homossexual, ou a qualquer teoria que se proponha a explicar a questão não-heterossexual de forma diferente daquela que o sujeito defende.

Quando o pastor fornece dados estatísticos de uma suposta pesquisa, sem deixar claro sua fonte: “*46% dos homossexuais foram violados, violentados quando crianças ou adolescentes. Como é que nasce?! 54% escolheram ser*”, relaciona a homossexualidade aos crimes de pedofilia, ao sugerir que quase 50% dos homossexuais existentes nos dias de hoje se tornaram gays devido a abusos sexuais sofridos na infância ou juventude.

Ao declarar: “*Quem é que pode dizer se alguém nasce gay ou não? Não é a psicologia, é a genética! A ciência que pode dizer...*” [*se alguém nasce gay ou não*], o religioso questiona a autoridade da Psicologia enquanto ciência e, ao mesmo tempo, parece insinuar que é a própria Psicologia quem afirma ser a única detentora da explicação para a questão da homossexualidade. O discurso da medicina é invocado, em seguida, pelo sujeito em análise, quando ele completa: “*não existe gene homossexual; existe ordem cromossômica de macho e de fêmea*”. Diante dessas declarações, constatamos que, para Malafaia, apenas a heterossexualidade pode ser atribuída à genética, de modo que, para ele, só existe uma única condição sexual legitimamente inata: a heterossexual.

Questionado pela apresentadora sobre o uso da expressão “*homossexualismo*” em detrimento da terminologia “*homossexualidade*”, que, segundo ela, aquela expressão exerce ideia de doença, o pastor, *a priori*, agradece a correção, mas volta a utilizar o vocábulo “*homossexualismo*” e, ao ser corrigido novamente pela apresentadora sobre isso, responde: “*Eu posso falar homossexualismo ou homossexualidade. Não tem.... Eu não vejo como doença. Vejo como comportamento*”.

Nesse trecho, fica evidente que, para o líder religioso, a homossexualidade repousa em fatores culturais aprendidos ou impostos, portanto, algo “*antinatural*”. O trecho,

ainda, traz à tona uma discussão sobre o emprego da expressão “homossexualismo”, de sufixo “ismo”, considerada por ativistas gays e simpatizantes, como sendo parte de um passado superado, em que o Cristianismo e a Ciência tratavam como doença a identidade não-heterossexual. A esse respeito, Rodrigues (2011) afirma que o termo “homossexualismo” não ficou limitado à concepção de doença:

O sufixo de origem grega ‘ismo’, além de denotar “condição patológica”, é o mesmo que usamos para indicar “doutrina, escola, teoria ou princípio artístico, filosófico, político ou religioso”; “ato, prática ou resultado”; “peculiaridade”; “ação, conduta, hábito, ou qualidade característica” (Aurélio). Como se vê, o termo homossexualismo pode soar inocente e até positivo, como turismo, patriotismo, lirismo, escotismo etc. E o que dizer das conotações negativas de ruindade, fealdade, crueldade, calamidade, orfandade – “parentes” sufixais de homossexualidade?

Nessa perspectiva, o discurso da heterossexualidade, tratada como única forma natural de expressão sexual humana, evidencia a relação do dito com o não dito, isto é, o discurso da obrigatoriedade de se desempenhar uma identidade heterossexual e, o discurso de desqualificação moral ao sujeito não-heterossexual, uma vez que, para o sujeito discursivo, formas alternativas de expressão da sexualidade não encontram respaldo na única ciência habilitada a atestar a existência de uma condição homossexual: a medicina. Logo, a homossexualidade não deve ser vivenciada, compreendida ou tolerada. Outro discurso não dito até esse momento da entrevista, que veremos explicitamente no diálogo IV, mas que está diretamente relacionado à formação discursiva em que Malafaia está inserido é o discurso religioso cristão.

O discurso do pastor materializa uma formação ideológica judaico-cristã criada sob condições sociais e históricas milenares, posteriormente difundida no Ocidente pela Igreja Católica Apostólica Romana. A partir daí, os valores morais e comportamentais de toda a sociedade da época foram controlados pela Igreja, onde a única forma de expressão sexual permitida era a heterossexual e para fins reprodutivos, jamais para sentir prazer. Vejamos como se organiza a ideologia cristã na qual estamos inseridos:

Nossas referências mais caras sobre sexualidade, assim como nossas posições morais e éticas, são baseadas no sistema de valores judaico-cristão que são historicamente construídos. Na cultura ocidental, esses valores funcionam como valores identitários que organizam o nosso cotidiano e explicam a origem do mundo e como ele deve funcionar segundo a vontade de Deus: eles são nossa mitologia. Baseado nessa mitologia, o desejo sexual espontâneo é prova e castigo do pecado original- a concupiscência: o homem é fruto do pecado- e a única forma de sexualidade aceita é a heterossexual para a procriação. (CECCARELLI & FRANCO 2010, p.127)

No Brasil, a ideologia cristã foi introduzida por nossos colonizadores portugueses e a partir daí, a vida em sociedade, inclusive a vida sexual das pessoas, passou a ser gerenciada pela Igreja:

A partir do cristianismo a sexualidade passa, portanto, a ser vista como pecado e apenas admitida no âmbito matrimonial e exclusivamente para a procriação. A copulação deveria servir só para dar à luz. Desta forma, a monogamia e a virgindade para as mulheres passam a ser valorizadas como símbolos de virtude. Se a contracepção era considerada um pecado grave, a homossexualidade era um crime muito maior e, além de um perigo para a Igreja e um repúdio à moralidade cristã, foi também considerada um perigo para o Estado. (SILVA, p.10).

Nos dias atuais, mesmo depois da separação entre Estado e Igreja, logo após a Proclamação da República, esse discurso religioso sobreviveu à dispersão histórica e ainda é usado para afirmar que a homossexualidade é um comportamento errado, antinatural e pecaminoso, e que por isso, direitos e reivindicações, na esfera civil, assegurados à maioria heterossexual, devem ser negados à parcela homossexual da sociedade, a fim de que “a palavra de Deus” seja exercida, e que, a esses “pecadores” só sejam dadas duas alternativas: continuarem excluídos, escondidos, relegados à margem da sociedade heterossexual, ou se arreperderem de seus “maus caminhos”, procurarem se regenerar, se libertar, sendo essa a única maneira de agradarem a Deus, viverem “dignamente” e serem aceitos pela majoritária parcela heterossexual da sociedade.

O protestantismo que floresceu de dentro do catolicismo e, que na dispersão da história fez oposição à igreja de Pedro, devido às divergências doutrinárias existentes entre as duas religiões, ainda hoje, concorda com o Vaticano no sentido de condenar identidades homossexuais e, mais do que isso, atualmente, as duas religiões somam forças através da “bancada da Bíblia” na política nacional, para barrar projetos que, direta ou indiretamente, firam os fundamentos cristãos, como a legalização do aborto, o casamento civil e a adoção de crianças entre homossexuais, a criminalização da homofobia através da aprovação do PLC 122, o projeto Escola Sem Homofobia³, apelidado de “kit gay” e, a Ideologia de Gênero⁴.

³ O Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro”. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/pesquisas.php>

⁴ Corrente de pensamento que defende a ideia de que o referencial de gênero masculino e feminino que temos hoje, são fruto de construções da nossa cultura e sociedade e, que existem outros gêneros à disposição, em que qualquer pessoa é livre para escolher um ou mais de um simultaneamente.

A formação discursiva na qual o pastor Malafaia se inscreve, no ato da enunciação, ecoa uma voz social, heterogênea, que representa hodiernamente a formação ideológica das comunidades cristãs, evangélica e católica, mais conservadoras. A base de formações discursivas contrárias à homossexualidade é quase sempre religiosa. Não raro, ouvimos afirmações oriundas do senso comum, como: “Deus fez macho e fêmea”; “Deus fez homem e mulher”, “Deus fez Adão e Eva, e não Adão e Ivo”; “Dois homens ou duas mulheres não podem se reproduzir”, e assim por diante. Formações discursivas como essas não levam em consideração a pessoa humana fora de sua sexualidade. É como se a única coisa que um sujeito precisa para ser aceito, respeitado e viver dignamente em sociedade é ser heterossexual.

Por sermos uma nação conservadora, formações ideológicas fundamentadas na Bíblia têm grande relevância, mesmo no Brasil que se intitula um país laico e, onde as liberdades de culto à fé e de expressão são asseguradas pela Constituição Federal de 1988, a qualquer pessoa ou grupo religioso, conforme o Art. 5º, incisos IV, VI e VIII.

A garantia constitucional à liberdade de credo e de expressão, existente em nosso país, gera interpretações diversas e, serve de pretexto para sujeitos, assim como Silas Malafaia, ultrapassarem os limites da ideologia pessoal, baseada em suas crenças e, disseminarem em sociedade um discurso que desqualifica e segrega o sujeito que não se identifica com o modelo de identidade preestabelecido pela moral religiosa. Isso explica a militância conservadora cristã na esfera pública contra a pluralidade dos modos de pensar e agir.

2.3 Diálogo II. Os direitos civis reivindicados pelos homossexuais

GABI- Qual é a tua questão com a homossexualidade?

SILAS- *A minha questão aqui no Brasil é os direitos que eles querem em detrimento da coletividade.*

GABI- E quais são os direitos? Serem respeitados, não serem mortos e agredidos?

SILAS-[...] *Eu não quero que ninguém morra de nada. [...] O que eles querem na PLC 122: nº 1, lá no Artigo 20, parágrafo 5 tá dizendo o seguinte: que se um homossexual sofrer constrangimento vexatório de ordem ética, moral, filosófica, tá lá, então, ok? 3 a 5 anos de cadeia. Então, vamos para a constituição: Artigo 5º, inciso VIII: ninguém será privado por convicções filosóficas, religiosas ou políticas. O que é constrangimento filosófico? Quem é*

que define isso? Significa o que? Se eu olhar pra cara de um homossexual, olha você tá me constrangendo filosoficamente. Quê que isso? Que papo é esse? [...]

GABI- Você falando com sua convicção e dessa forma e com a sua interpretação, pode, eventualmente, tá influenciando pessoas que vão sim, praticar violência contra os homossexuais.

SILAS:- *Aí, minha filha, aí vá me desculpar, então vamos cortar programas de televisão, vamos cortar novelas, vamos cortar filmes de ação porque vai influenciar alguém a matar, aí a sociedade para, a televisão vai ter que parar agora. Vai ficar só Marília Gabriela que tem entrevista.*

GABI- Você acha que os homossexuais que pagam impostos, trabalham não têm direitos, os mesmos direitos que você?

SILAS- *Que direitos? Eles têm! Se eu tomo um tapa na cara é igual a um homossexual tomar um tapa na cara. Se alguém me xingar, a lei tá igualzinha pra eles se alguém xingar eles[...]. Eles querem uma lei para atacar, xingar, atingir quem eles querem e tá protegidos acima de todos. Uma vírgula pra eles! Você quer ver uma outra? Alínea “b” do artigo 8 da PLC 122: “Ninguém pode proibir a afetividade de homossexuais, transgêneros, bissexuais”. O lugar do culto é protegido pela constituição, tá certo? Lá dentro do culto ninguém faz bagunça que vai dançar. O pátio da igreja, não. Então, o quê que significa que se essa lei tiver aprovada? Se no pátio da minha igreja tiver um casal de homossexual se beijando e eu botar pra fora: três a cinco anos de cadeia. Quê que eu vou dar esse mole pra eles? Aonde? Nunca!*

No diálogo II, perguntado sobre qual é a sua questão com a homossexualidade, o pastor Malafaia responde: *“a minha questão aqui no Brasil é os direitos que eles querem em detrimento da coletividade”*. Malafaia afirma que o Art. 20º, parágrafo 5º do PLC 122, projeto de lei que, se aprovado, pretende tornar crime o constrangimento vexatório de ordem ética, moral ou filosófica praticado contra os homossexuais, fere o Art. 5º, inciso VIII da Legislação Federal de 1988, onde se assegura que *“ninguém será privado por convicções filosóficas, religiosas ou políticas”*.

Segundo nossa análise, quando Malafaia diz: *“A minha questão aqui no Brasil é os direitos que eles querem em detrimento da coletividade”*, parece, a princípio, limitar ao circuito nacional sua crítica à homossexualidade. É como se o Brasil fosse o único país no mundo onde existe militância LGBT por direitos na esfera civil ou, como se essas demandas da comunidade gay nacional assumissem contornos diferentes, se comparadas ao contexto gay mundial. Ainda, segundo nossa análise, no trecho: *“os direitos que eles querem em*

detrimento da coletividade”, Malafaia, guiado por sua ideologia religiosa, parece redefinir o conceito de “coletividade”, como sendo apenas o grupo formado por heterossexuais cristãos.

Ao ressignificar o conceito de “coletividade”, o líder religioso se inscreve em uma formação discursiva radical que confessa e defende a existência de uma segregação aos homossexuais na sociedade, embora, não reconheça na sua atitude qualquer ato discriminatório. Ele adota um discurso de negação dos direitos civis reivindicados pela comunidade LGBT, por acreditar que se esses possíveis benefícios forem estendidos aos gays, a legítima “coletividade” ficará ameaçada. Para o pastor, o PLC 122 pretende amordaçar a ideologia cristã e impedir que religiosos se pronunciem em sociedade baseados em sua fé.

De acordo com nossa análise, ao declarar: *“Se eu tomo um tapa na cara é igual a um homossexual tomar um tapa na cara. Se alguém me xingar, a lei tá igualzinha pra eles se alguém xingar eles[...]”*, Malafaia nega a existência de agressões verbal, física e até mortes de homossexuais, na nossa sociedade, motivadas por esse tipo de intolerância. Por isso, não julga necessária uma lei específica para coibir qualquer ato de violência praticado em função dessa orientação sexual, uma vez que, segundo o pastor, leis que punem a violência de forma geral, já existem e podem ser aplicadas a todos.

Quando afirma: *“Eles querem uma lei para atacar, xingar, atingir quem eles querem e tá protegidos acima de todos. Uma vírgula pra eles!”*, Malafaia, enquanto heterossexual, se coloca na posição de oprimido e trata os ativistas das causas LGBT como criminosos e desordeiros que buscam uma lei para blindá-los dos delitos que já praticam contra os sujeitos heterossexuais. Esse pastor omite ou parece não atentar para o fato de que se existem possíveis excessos ou condutas inadequadas por parte de determinados homossexuais, em busca não só de respeito, mas de uma imposição do seu modelo de sexualidade no mundo, assim como o fazem muitos heterossexuais, o discurso inflamado de Malafaia também é acintoso.

O pastor Malafaia, ainda, faz a seguinte conjectura: *“Então, o quê que significa que se essa lei tiver aprovada? Se no pátio da minha igreja tiver um casal de homossexual se beijando e eu botar pra fora: três a cinco anos de cadeia. Quê que eu vou dar esse mole pra eles? Aonde? Nunca!* Nesse trecho, ele relaciona a homossexualidade a condutas acintosas e promíscuas, ao insinuar que sujeitos homossexuais poderiam utilizar espaços religiosos para desrespeitar fiéis daquela instituição. Essa formação discursiva rebaixa ao nível da afronta a luta que os homossexuais travam em sociedade por meios democráticos, a fim de se fazerem reconhecidos e protegidos pelo Estado. É sabido por todos que quaisquer casais homo ou

heterossexuais, em posse de sua razão, não vão aos templos religiosos protagonizar cenas eróticas.

Tais argumentos utilizados por Malafaia, a fim de validar sua opinião, revelam um sujeito crítico ferrenho à batalha que os homossexuais enfrentam para alcançar direitos e garantias civis já consagrados aos sujeitos não-gays. Essa conduta do religioso nos direciona para outro discurso não dito: o gay não politizado, que vive clandestinamente sua sexualidade, não representa grande ameaça para o pastor, embora o condene também.

A homossexualidade, sob a ótica de Malafaia, tratada como perversão e afronta à moralidade, dialoga com a visão de Júlio Severo (*apud* NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2009):

A obsessão da moda entre algumas criaturas estranhas e radicais que habitam o Congresso Nacional é lutar contra a homofobia, como se muitas pessoas na sociedade estivessem obcecadas por um medo, nojo ou ódio irracional e incessante contra os homens que têm como principal ocupação na vida enfiar o pênis no ânus de outros homens. [...] Nessa categoria [homofobia], eles veem todos os que não aceitam as práticas homossexuais. [...] A fobia verdadeira é uma aversão **irracional**. [...] Os sodomitas se apossaram dessa palavra, exatamente como eles se apossaram da palavra “gay” [*gay*, em inglês, costumava nos bons tempos significar *alegre*]. No entanto, não há nada de alegre no que eles fazem sexualmente: eles enfiam ou recebem o pênis no ânus, enfiam quase metade do braço no ânus, lambem o ânus uns dos outros, bebem urina uns dos outros, se sujam de fezes uns com outros, etc. Essa é a relação homossexual em seu estado mais puro. Por isso, não há nenhuma fobia na aversão que alguém normal tem aos atos sujos, nojentos e horrendos que os homossexuais praticam. Não temos medo deles, nem temos nenhuma aversão irracional a eles. Temos uma aversão racional às práticas deles, com base nas coisas de dar nojo que eles fazem. Eles não são gays [alegres], pois é impossível viver alegre tendo como ocupação principal na vida achar um homem em quem enfiar o pênis. E nós não somos homófobos, porque não temos nenhum ódio irracional aos homossexuais. O que temos é uma aversão saudável, lógica e racional a tudo o que é nojento, inclusive as práticas homossexuais. O próprio Deus acha o homossexualismo detestável. [...] E nós temos boas razões para ter nojo do que Deus odeia. [...] O homossexualismo traz problemas detestáveis em seu rastro. [...] Aceitar e favorecer amplamente o homossexualismo nas leis é aceitar, irremediavelmente, a loucura social e, fatalmente, o aumento das doenças e abuso de meninos.

Nesse sentido, a formação ideológica defendida no trecho acima, corrobora a visão do pastor Malafaia, quando defende o direito de repudiar a homossexualidade, e põe em relevo uma concepção arraigada ao senso comum que dissocia as relações homossexuais da categoria afetiva-amorosa, submetendo-as à pecha da promiscuidade, da repulsa e associando-as à disseminação de doenças e aos crimes de pedofilia.

Questionado pela apresentadora se sua forma de se expressar não poderia eventualmente influenciar a violência de alguns grupos menos esclarecidos contra os homossexuais, Malafaia, ironicamente, responde que se for assim “*a televisão: novelas, filmes e etc. vão ter que parar*”, pois, segundo ele, podem incentivar a violência.

Nesse trecho do diálogo, Silas Malafaia, a fim de amenizar o impacto do seu discurso agressivo, aponta a televisão, o cinema e as mídias de ficção de forma geral, como possíveis potencializadoras da criminalidade. Essa formação discursiva não leva em consideração o fato de que, tanto a produção de filmes pelo cinema, e principalmente, a produção de novelas pela televisão são obras artísticas, fictícias, e ao abordarem determinadas temáticas como prostituição, violência doméstica às mulheres, exploração do trabalho infantil, etc, geralmente, objetivam informar e convidar a sociedade à reflexão sobre aquilo que está sendo mostrado e, talvez, buscar-se uma resolução para o assunto, e, não, contribuir para a manutenção daquela realidade.

Vale salientar que, com raras exceções, essas obras de ficção sempre têm um “final feliz”. A maioria delas traz um sentido moralizante e cristão em que os justos, depois de muito sofrimento, são premiados, e os maus, castigados ou mortos. Por fim, hoje em dia, os conteúdos veiculados pelas mídias pagas ou gratuitas, em geral, são obrigados por lei a trazerem uma classificação indicativa de idade, com informações sobre a própria obra: se contém cenas de sexo, de violência, uso de drogas, por exemplo. Isso se torna um “filtro” razoavelmente seguro para selecionarmos aquilo que queremos ou podemos assistir ou não.

Assim, a televisão, o cinema, os jornais e revistas impressos ou virtuais exibem de tudo, porém, são “controlados” por leis específicas e, sujeitos às penalidades legais sempre que praticarem ou fizerem apologia a condutas criminosas ou ofensivas a determinada pessoa ou a determinados grupos. Desse modo, no nosso ponto de vista, o discurso bélico desse sujeito, enquanto psicólogo, pastor, líder espiritual e detentor de um poder de persuasão dentro e fora da comunidade evangélica, pautado apenas na Bíblia, não se sustenta nesse sentido, e pode, sim, ser usado para fomentar uma intolerância, uma segregação aos homossexuais que se arrasta por séculos.

Percebemos que o discurso religioso não-pacífico, em que o pastor está inserido, ultrapassou as paredes dos templos, investiu em meios de comunicação de massa como rádios, televisão, mídias impressas e virtuais; articulou-se politicamente e almeja chegar à legislação do País. Verificamos também que diante das recentes contribuições da Ciência em busca de esclarecer as identidades sexuais não-oficiais, líderes religiosos fundamentalistas não se pautam mais apenas na Bíblia para justificar sua fé. Para isso, procuram embasar sua formação ideológica dialogando com a biologia, a medicina, a psicologia, e finalmente, com a legislação. Dessa forma, buscam contestar qualquer teoria que ameace enfraquecer suas verdades cristalizadas.

No intento de justificar a interferência do pensamento mágico religioso na política, a Frente Parlamentar Evangélica, lideranças católicas e todos aqueles que se consideram sentinelas da moral cristã, recorrem ao parágrafo único do Art. 1º da Carta de 1988, onde é afirmado: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. O Art. 5º, inciso IV, que traz: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”; assim como, o Art. 19º, inciso I, em que se permite a parceria entre Igreja e Estado nas obras sociais, também são invocados com regularidade pela “bancada da Bíblia” e seus simpatizantes.

O entendimento da Bacharel em Direito e Consultora Legislativa do Senado Federal, Cássia Maria Senna Ganem, corrobora essa visão:

Estado laico significa que o ordenamento jurídico de um país não pode se vincular a nenhum credo religioso, mas não significa que as diversas filosofias não possam se expressar sobre os assuntos postos à discussão na comunidade nacional. Ao contrário, justamente porque o Estado é laico, sem determinada religião oficial, as várias posições filosóficas, espirituais ou não, religiosas ou agnósticas, podem e devem ser consideradas, sob pena de ferimento aos princípios cardeais de nossa Constituição Federal que, no seu Preâmbulo, institui o Estado democrático brasileiro destinado a assegurar, entre outros, os valores de uma sociedade pluralista, fundada na harmonia social. [...] Comumente se opina pela rejeição da presença de tais representantes nessas discussões, sob o argumento da laicidade do Estado. Entretanto, com base nas garantias fundamentais que alicerçam o Estado de Direito, insculpidos nas Constituições e nos tratados internacionais, e no verdadeiro conceito de Estado laico, acima exposto, não resta dúvida de que a proteção dos direitos humanos, especificamente a liberdade, repele todo e qualquer cerceamento à proteção do direito à liberdade religiosa, que a nosso ver não inclui apenas o direito de o cidadão escolher sua própria religião, professá-la em público, mas também agir como partícipe da comunidade na expressão de suas ideias, diretamente, ou por meio dos representantes de sua igreja. Ressalte-se a grande cooperação dada à sociedade por parte dessas instituições, sobretudo no campo educacional.

De acordo com Trevisan (2013), a articulação das instituições religiosas protestantes neopentecostais diante do Estado Laico revela o abandono do discurso: “*crente não se mete em política*” e, a adoção da estratégia: “*irmão vota em irmão*” (SYLVESTRE, 1986), iniciada ainda na década de 1980, no período de reabertura política, no processo de criação da nova Constituinte, sob o pretexto de evitar privilégios à igreja católica e combater a liberação das drogas e o casamento homossexual. Hoje, a “bancada da Bíblia” é uma das grandes representatividades da política brasileira, composta por mais de 100 parlamentares, ditos evangélicos e católicos, concentrados no Congresso Nacional, com a missão de defender os interesses das igrejas, como a manutenção da isenção de impostos, bem como, proteger os valores cristãos e barrar projetos de lei que vão de encontro à moralidade e à família tradicional.

A respeito disso, o sociólogo mexicano Roberto Blancarte (2008, p.28), diz que é necessário distinguir “cidadãos de crentes”, pois “um dos maiores riscos da democracia moderna é confundir liderança religiosa com a liderança política”. O entendimento dos grupos de esquerda que defendem o Estado Laico, compreendido como país livre da interferência religiosa nas políticas públicas, dialoga com Blancarte e rebate o avanço do pensamento privado à fé, na esfera pública.

Até o momento, constatamos que, para Silas Malafaia, ser heterossexual e cristão, lhe confere um status de superioridade, de merecedor de direitos exclusivos, em detrimento dos indivíduos de identidade homossexual. Malafaia, enquanto pastor evangélico, acredita possuir uma autoridade celestial, aliada à liberdade constitucional de expressão e de credo existente, que lhe permitem disseminar um discurso discriminatório sobre aqueles que não professam sua mesma ideologia. Em outras palavras, para o pastor, a despeito da postura laica adotada pelo Estado brasileiro, as leis terrenas não podem ser soberanas à vontade divina, de modo que, o “pecado” da homossexualidade não deve ser facilitado pela Constituição.

2.4 Diálogo III: A homossexualidade dentro da igreja e, as estratégias de combate religiosas

GABI- Venha cá, os seus fiéis, imagino, entre eles devem haver homossexuais?

SILAS- *Que foram ou que estão buscando sair.*

GABI- Algum homossexual fiel seu já chegou a conversar com você sobre esse assunto ou não existe sequer conversa a respeito?

SILAS- *O quê? É claro! Pedem socorro! Olhe, a igreja tá lotada de gente clamando por socorro.*

Já no diálogo III, ao ser interrogado pela apresentadora sobre a existência de homossexuais dentre os seus fiéis, o pastor Malafaia é taxativo: “*que foram ou que estão buscando sair*”. Perguntado ainda, se alguns desses homossexuais conversam com o pastor a respeito, Malafaia responde: “*É claro! Pedem socorro! Olhe, a igreja tá lotada de gente clamando por socorro*”.

Quando o líder religioso diz que na sua igreja só existem homossexuais “*que foram ou que estão buscando sair*”, revela um sujeito convicto acerca da possibilidade da “cura gay”, isto é, da reorientação sexual e deixa clara a ideia de que a igreja dele só aceita

sujeitos homossexuais dispostos a mudarem de orientação sexual, ou seja, tornarem-se heterossexuais.

Ao afirmar que: *“a igreja tá lotada de gente clamando por socorro”*, Malafaia confessa a existência de um grande número de homossexuais dentre os seus fiéis, porém desesperados pela “cura” oferecida pelo pastor. Ao propor essa cura, Malafaia também direciona essa questão para o lado da patologia ou até da “perturbação espiritual”, e, na função de pastor-psicólogo, se coloca como um canal para levar esse “antídoto” aos “enfermos” de homossexualidade e atormentados de alma.

A concepção cristã acerca da homossexualidade, ao longo da história, assumiu uma postura diferente de acordo com a época, porém sempre negativa: pecado-crime, doença, perversão e, por último, comportamento. No Brasil Colonial, a ideologia cristã difundida pela Igreja Católica seguiu a mesma ótica:

Há notícia de diversos casos envolvendo o homossexualismo no Brasil Colônia. Os Cadernos de Nefando registravam em especial os casos de sodomia. E explica que o mais temido não era derramar o sêmen no “vaso proibido”, mas a alternativa sexual deveria ser erradicada já que promovia a destruição do matrimônio, pregava o livre prazer, impedia a procriação (SILVA, p. 13).

De acordo com Tannahill (1980, p. 169), “o batismo era recusado ao homossexual, assim como a instrução na fé, até que ele houvesse renunciado a seus hábitos malignos”. Isso comprova que o ideal de “cura” gay, por meio da fé, não é uma estratégia nova dentro do Cristianismo.

Ao compararmos os relatos de Oliveira (2008) e de Tannahill (1980) sobre o ideal de sexualidade dos primórdios do Cristianismo, com o discurso de Malafaia, comprovamos que formações ideológicas cristalizadas, privadas à fé, resistem à ação do tempo e à evolução do pensamento humano: a homossexualidade continua sendo execrada pelo Cristianismo nos dias atuais e, a admissibilidade do sujeito gay na igreja só é permitida com a garantia de que ele abandone sua vida homossexual. Isso demonstra que elucubrações científicas que se propõem a explicar o comportamento humano, sempre vão concorrer com o pensamento mágico da religião.

O discurso da “cura gay”, defendido por Malafaia, mais uma vez, põe em evidência a concepção de uma única identidade inata ao ser humano: a heterossexual e, revela um discurso não dito: a homossexualidade enquanto problema de ordem psíquica, social e moral que precisa ser erradicado. Ainda de acordo com nossa análise, constatamos na voz do pastor, a presença de um discurso paradoxal: o discurso condenatório ao sujeito não-heterossexual que deseja viver sua sexualidade, contrastando com um discurso de acolhimento ao fiel homossexual disposto a receber a cura ofertada por esse pastor.

Sob o respaldo de Semán (2000):

O discurso religioso sobre a cura da homossexualidade – que enfatiza a importância da cura das memórias, procedimentos de procura interior e valorização do ‘eu’ – emerge uma prática pastoral que articula elementos da tradição religiosa e certos modos de subjetivação modernos [Alimenta-se assim, o diálogo entre visões religiosas do mundo e visões individualizadas] (SEMÁN, 2000, p. 219)

Essa nova postura do Cristianismo, de enfrentamento da homossexualidade, que promove a fusão entre o discurso religioso e a Psicologia é denominada pelos religiosos como “cuidado pastoral” e, segundo Natividade & Oliveira (2006), é responsável pelo assujeitamento do indivíduo:

O discurso de **acolhida** encobre estratégias de sujeição voltadas a uma reestruturação das subjetividades dos sujeitos, que **acolhe** as pessoas homossexuais para **transformá-las**. Ou ainda, [...] “A noção de cura e o ideal de restauração sexual buscam construir um sujeito reflexivo e implantar uma ética sexual. O impulso homossexual pode emergir sob forma de tentações e provações, mas é preciso uma verdadeira guerra espiritual pelo controle e posse de si. O ideal da transformação do sujeito em um templo do Espírito Santo busca reforçar essa dimensão ética. Afinal, um templo é sagrado e deve ser resguardado. (NATIVIDADE & OLIVEIRA, 2006, p. 281).

Payne (2001) traz em sua obra religiosa um trecho do depoimento de um pastor evangélico descrevendo um ritual, que faz parte do processo de reorientação sexual, através do trabalho de “acolhimento pastoral”:

Ungi sua testa com óleo, pedi que nosso Senhor entrasse, curasse e colocasse no curso normal os desejos e impulsos sexuais normais do José de dezessete anos. [...] Após esta oração, eu o conduzi, consciente e deliberadamente, mudar seus trejeitos, sugerindo que ele selecionasse o homem mais masculino que pudesse imaginar como seu modelo – alguém a quem ele admirava como cristão, como líder, como marido e pai – e isso ele prometeu fazer (PAYNE, 2001, p. 80).

Segundo Natividade & Oliveira (2006, p. 123), o trabalho de “cuidado pastoral”, como meio de se atingir a “cura” da homossexualidade, repousa em um processo de “cura das memórias, libertação espiritual e restauração sexual”, onde deve-se: “saturar o pensamento das coisas de Deus, com orações constantes, biblioterapia (decoração de versículos bíblicos), participação em atividades religiosas e cultivo do amor ao próximo”.

Xavier (1993) descreve o processo de “cura”, em curso, na subjetividade de um sujeito homossexual:

Procurava me adaptar à maneira de vestir dos irmãos espirituais consagrados. Orei muito a Deus pedindo que tirasse de mim todos os trejeitos que fazia com as mãos e expressões corporais efeminados. Pedi também ao Senhor que modificasse minha voz, pois falava esquisito devido ao convívio com os homossexuais. [...] Em casa desfiz-me de tudo o que me fazia lembrar o passado: fotografias vestido de mulher, e objetos pessoais; quadros e discos de Rock foram queimados; as bebidas alcoólicas

não poucas, despejei todas no vaso sanitário cantando hinos com muita alegria. (XAVIER,1993, p. 132-133).

Em 2013, de volta ao Vaticano, após o encerramento do movimento católico “Jornada Mundial da Juventude”, sediado aqui no Brasil naquele ano, o Papa Francisco, interpelado pela correspondente internacional da Rede Globo na Itália, Ilze Scamparini, sobre “como o Papa deveria enfrentar o lobby, gay?”, declarou: *"Se uma pessoa é gay, busca Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?" O problema não é que haja esta tendência, e sim a formação de um lobby*". Já em 2014, no Sínodo da Família, organizado pelo Vaticano para discutir os dogmas católicos sobre a família, a contracepção, o aborto, a homossexualidade e o divórcio, a igreja de Pedro publicou um relatório preliminar onde se reconhecia que os homossexuais têm "talentos e qualidades para oferecer à comunidade cristã".

Diante de um discurso supostamente receptivo ao homossexual, essa abertura católica pretendida pelo pontífice, porém, é concedida aos sujeitos com tendências homossexuais, desde que eles adotem o celibato como estilo de vida. Isso quer dizer que o Vaticano recebe os cristãos gays com a condição de que eles não exerçam sua inclinação sexual. Em outras palavras, ao nosso ver, ao propor que o cristão homossexual abandone o “pecado” da homossexualidade, adote a “virtude” da heterossexualidade e, se isso não for possível, pelo menos, eleja uma vida assexuada, como exigência para ser incluído no seio da Igreja, o catolicismo mantém a formação ideológica que remonta à idade média, apontada por Tannahill (1980); por outro lado, sugere uma convivência com as tendências homossexuais; reconhece a impossibilidade de cura gay e parece considerar que esse “problema” está longe de ser superado.

É sabido que o novo discurso acolhedor católico e protestante não alterou a maneira como o Cristianismo encara a questão da homossexualidade. Pelo contrário, também diz respeito à postura de enfrentamento, sob o rótulo de “cuidado pastoral” apontado por Natividade & Oliveira (2006), e, adotado pelas igrejas de Pedro e de Lutero.

Uma vez fracassadas todas as tentativas agressivas de erradicação da homossexualidade ao longo da história, hoje, no século XXI, em pleno gozo das liberdades individuais, da democracia e do Estado Laico, percebemos uma mudança de estratégia das religiões cristãs, quando abandonam o Cristianismo radical que abomina a prática homossexual e excomunga da igreja o ser humano gay e, passa a adotar um discurso que acolhe, que trata e almeja combater de dentro para fora da igreja os modos de relacionamentos

não-oficiais. O posicionamento papal a respeito dos gays é considerado um avanço sobre o rigor do conservadorismo religioso católico, embora o discurso da igreja continue condenatório à homossexualidade.

Por fim, a análise da formação ideológica em que o sujeito discursivo está inserido ratifica o que diz Castro (1987, *apud* Pedrosa, 2001), quando afirma que: “todo discurso religioso (pela sua natureza) tem a ver com outro discurso religioso”.

2.5 Diálogo IV: O tratamento de reversão ou “cura gay”: Conselho Federal de Psicologia versus “psicólogos de Cristo”

GABI- Você como psicólogo chegou à conclusão de que um homossexual deve e pode...

SILAS- *Ser reorientado? [...] Então, na faculdade eu ouvi durante cinco anos: “a criança quando nasce, o primeiro objeto de amor dela é a mãe. Ela faz ruptura dela com a mãe a partir da figura paterna. A partir da figura paterna a criança faz diferenciação entre ela, a mãe e o mundo. Eu cansei de ouvir isso. Sabe Freud que estudou o caso de uma paciente homossexual e descobriu que ela era homossexual pela relação dela com o pai?! Manda rasgar o compêndio de Freud! Manda eles rasgarem! Tá lá, o estudo de Freud. Ele reorientou a mulher e ela passou a ser heterossexual. Então vai dizer que não pode ser reorientado?!”*

GABI- Supondo que nasça uma criança e que a mãe dessa criança não vá poder criá-la, um casal homossexual se dispõe a criar essa criatura que senão vai ficar jogada à disposição do que quer que seja numa instituição que vai tratá-la mal. Você acha que ainda assim, um casal homossexual não pode ter essa criança e fazer dela um belo cidadão, uma bela cidadã e fazer dela um ser humano digno, com todos os seus direitos, com toda a sua inteligência, com todo o seu amor e compaixão pelo outro?

SILAS- *Primeiro, têm mais casais na fila héteros esperando crianças do que homo.*

GABI- Não é isso que eu estou te perguntando. Eu estou te falando das novas famílias.

SILAS- *Eu não acredito que dois homens possam criar uma criança perfeita no sentido total que você quer, porque eu acredito que Deus fez homem e mulher e esses seres é que se completam. [...] Uma vez um repórter perguntou assim pra mim: “Pastor, vamos lá: se um filho seu fosse homossexual, como é que o senhor agiria? ” Eu disse pra ele: “eu amaria 100% e discordaria 100%. Quem disse que amar é dizer amém? ”*

GABI- você ia fazer um inferno da vida do seu filho, nossa!

SILAS- *Não! Eu não ia não! Eu ia mostrar a ele, eu ia tentar ajudá-lo com o meu amor. [...] A mãe de um bandido vai na cadeia. O filho é assassino, facínora e ela o ama profundamente. Agora, pergunta se ela concorda um milímetro com aquilo. Concordar com uma prática é uma coisa; amar a pessoa é outra. Eu amo os homossexuais, mas discordo 100% de suas práticas. Eu amo os homossexuais como amo os bandidos, amo os assassinos, vambora, eu aumento o leque porque é o ser humano.*

GABI- Você tá colocando homossexual ao lado de assassino.

SILAS- *Não, eu não gosto de uma prática, então eu tô dizendo pra você.*

Por fim, no diálogo IV, ora aparece o Malafaia “pastor”, ora o Malafaia “psicólogo”. Perguntado se ele defende a reorientação sexual aos homossexuais, o pastor Malafaia, a fim de comprovar essa possibilidade, cita o caso de Joide Miranda, ex-travesti, hoje pastor evangélico, casado com uma mulher, pai de um filho e, heterossexual por meio da fé. O discurso da psicologia também é invocado quando o pastor-psicólogo cita o caso de uma paciente homossexual que, supostamente, foi reorientada sexualmente pelo psicanalista Freud.

A respeito dessa reorientação sexual, o psicólogo Pedro Sampaio (2013) afirma que esse caso refere-se à obra: “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, FREUD (1920), em que o psicanalista alemão tratou não a homossexualidade, e sim a obsessão que uma mulher nutria por outra. Após, o fim do tratamento, a paciente deixou de ser obcecada pela mulher e, por sua vez, de ser homossexual.

A ideologia de enfrentamento da homossexualidade que busca a unificação entre ciência e fé, segundo Semán (2000, *apud* NATIVIDADE E OLIVEIRA, 2006, p. 127), “não se localiza fundamentalmente no orgânico, mas nas memórias e nas experiências vividas, o que sugere a interpenetração entre psicologia e religião”.

Em outras palavras, trata-se de um discurso de reversão da homossexualidade por meio da conversão religiosa e do tratamento psicológico.

A fusão entre duas ideologias tão antagônicas, a saber, o pensamento científico da Psicologia e o pensamento mágico da religião, é o que pretendem os psicólogos religiosos, no intento de explicar a(s) causa(s) da homossexualidade e propor uma “cura”. A esse respeito, o Conselho Federal de Psicologia, através da resolução nº 001/99, proíbe que psicólogos utilizem suas convicções religiosas aliadas às teorias adquiridas na universidade para reorientar um paciente homossexual ou de virem a público difundir ainda mais um preconceito existente:

A resolução do CFP nº 001/ 99, baseada nos princípios de ética profissional do psicólogo, regulamenta que os psicólogos deverão contribuir com o seu

conhecimento para o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos e práticas homoeróticas. Nesse sentido, proíbe os psicólogos de qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e proíbe os psicólogos de adotarem ações coercitivas tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A resolução impede os psicólogos de colaborarem com eventos ou serviços que proponham tratamento e a cura dos homossexuais, seguindo as normas da OMS e impede que os psicólogos participem e se pronunciem em meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito social existente em relação aos homossexuais como portadores de desordem psíquica.

Segundo nossa análise, o discurso de psicólogos cristãos que praticam a reorientação sexual em seus consultórios e defendem publicamente o tratamento de “cura” gay, utilizando as concepções teóricas acadêmicas, como meio de valorizar suas convicções religiosas, convencionadas e impostas à sociedade ao longo dos séculos, não encontra amparo legal nem ético.

Perguntado a respeito da adoção de crianças por casais homossexuais, Malafaia declara: *“têm mais casais na fila, héteros, esperando do que homo”*. Essa resposta indica uma tentativa de fugir da pergunta, como também, revela um discurso não dito: a adoção de crianças deve ser concedida exclusivamente ou prioritariamente aos casais heterossexuais.

Questionado pela entrevistadora a respeito das novas configurações familiares, o pastor responde: *“Eu não acredito que dois homens possam criar uma criança perfeita, porque Deus fez homem e mulher e esses seres é que se completam”*. Nesse momento, o líder religioso promove a fusão dos discursos cristão e biológico, em que o discurso religioso ganha força quando o nome de Deus é invocado, validando o modelo milenar de família constituído por um homem e uma mulher e, repudiando outros modos de união.

A formação ideológica de “família nuclear”, “família verdadeira” ou “família tradicional” é extremamente defendida por Malafaia. Nessa perspectiva, podemos apontar um outro discurso não dito pelo pastor: a homossexualidade, além de pecado terrível, também, representa um enorme risco à existência humana, uma vez que, numa relação composta por dois homens ou por duas mulheres não existem condições de reprodução pelo método natural, de modo que, para o religioso, essas relações contribuem para a extinção da espécie humana, à médio e longo prazos. Em 2010, o pastor Malafaia já havia espalhado pelas ruas do Rio de Janeiro, 600 outdoors com uma foto sua apontando para os dizeres: “Em favor da família e preservação da espécie humana. Deus fez macho e fêmea”.

Formações ideológicas como essas não levam em consideração as possibilidades alternativas que a medicina oferece, nos dias de hoje, para se gerar uma nova vida, sem, necessariamente, haver uma relação sexual entre um homem e uma mulher; assim como,

descarta o fato de que muitos casais heterossexuais não querem ou, não podem ter filhos em função de problemas de fertilidade. Assim, seguindo a formação ideológica do pastor, sustentada no princípio bíblico: “crescei e multiplicai-vos” (GÊNESES, 1:28), casais que não contribuem para a perpetuação da espécie estariam descumprindo a “vontade de Deus”, mesmo involuntariamente. Além disso, a parcela de homossexuais existente é minoritária em relação a parcela de heterossexuais na sociedade. Por isso, a possibilidade de extinção da raça humana desencadeada pela homossexualidade é algo pouco provável.

A ideologia a respeito do modelo milenar e imutável de “família” lança um estigma não só aos casais gays, como também aos casais não gays que pretendem adotar uma criança órfã, como podemos observar na propaganda do Partido Social Cristão (PSC), veiculada em rede nacional de televisão, no ano de 2013, em que uma animação de uma figura feminina e outra masculina aparecem cada uma segurando uma das mãos de uma criança, sob a narração: “mãe é aquela que ama de verdade; pai é aquele que cuida com amor e, às vezes, é um tio, uma tia, um avô, uma avó. O importante é ter amor: ser família”. Em seguida, aparece um pastor-deputado dizendo: “Somente recuperando os valores da família verdadeira, vamos continuar crescendo com educação, saúde e trabalho para todos os brasileiros. O PSC acredita nisso. Vamos juntos fazer um Brasil melhor”. O vídeo é encerrado com a aparição de um outro pastor-deputado declarando: “PSC: o ser humano em primeiro lugar”.

Desse modo, percebemos que o PSC mantém uma formação ideológica ultra conservadora e contraditória a respeito da concepção de família: ao mesmo tempo em que o partido adota um preconceito velado, quando supostamente defende um discurso que legitima como família apenas as relações formadas por laços sanguíneos, afirma que para “ser família” “o importante é ter amor”. Essa concepção de “amor” familiar é tratada como um atributo exclusivo dos casais heterossexuais. Por fim, o primeiro pastor-deputado que aparece no vídeo, parece relacionar os problemas da educação, da saúde e da falta de emprego no Brasil às novas configurações familiares; e, o segundo pastor-deputado, contrariando toda a carga de preconceito contida na propaganda, finaliza dizendo que, para o partido dele, o ser humano está em primeiro lugar. O discurso de Malafaia, objeto desse estudo, dialoga fortemente com o discurso do PSC.

Quando Malafaia afirma: *“homem e mulher, esses seres é que se completam”*, aciona o discurso da biologia e coloca em relevo uma concepção existente a respeito das anatomias masculina e feminina, consideradas formas distintas que se “completam” e se “encaixam” perfeitamente, comprovando que a natureza determina o que todos devemos ser:

heterossexuais, e, que qualquer outra forma de expressão sexual que não corresponda ao encontro do órgão sexual masculino com o órgão sexual feminino é antinatural. Sob essa ótica:

Quando você foi gerado o seu sexo também foi determinado. [...] Você nasceu com seu sexo definido: possui órgãos sexuais definidos, normais e sadios. Os pelos que cobrem seu corpo e o tom de sua voz. Também a estrutura física, o pélvis, os testículos, os ombros largos e a musculatura. Isso é uma confirmação de que você se impõe a sua situação [homossexual] (FEITOSA, 1979, p. 10-11).

Em seguida, o pastor Malafaia relembra um episódio em que foi interrogado por um repórter a respeito da sua reação, caso tivesse um filho gay. Segundo o pastor, a resposta dada naquela ocasião foi a seguinte: “*eu amaria 100% e discordaria 100%. Quem disse que amar é dizer amém?!*”. E completa: “*eu ia mostrar a ele, eu ia tentar ajudá-lo com meu amor[...], [...] “a mãe de um bandido vai na cadeia, o filho é assassino, facínora, e ela o ama profundamente. Agora, pergunta se ela concorda um milímetro com aquilo. Eu amo os homossexuais, mas discordo 100% de suas práticas. Eu amo os homossexuais, como amo os bandidos, amo os assassinos, vambora, eu aumento o leque porque é o ser humano”*”.

Nesses trechos, o pastor tenta dissociar o ser humano gay de sua homossexualidade, ao verbalizar um discurso supostamente afetuoso em relação ao sujeito homossexual, mas condenatório à prática não-heterossexual desse sujeito. Estabelece-se, então, um discurso conflituoso, pois esse “amor” se opõe à aceitação e ao respeito à condição sexual do sujeito gay.

Na sequência, quando declara: “*Eu amo os homossexuais, como amo os bandidos, amo os assassinos*”, o pastor coloca criminosos no mesmo nível que os homossexuais, revelando um discurso marcado pelo preconceito. Com isso, o discurso não dito que podemos apontar nesse trecho é o de que a homossexualidade é vista pelo pastor como uma ameaça à sociedade inteira, assim como os assassinatos, roubos, vícios, etc. Essa formação discursiva em que o Malafaia está inserido aponta para outra: a do apóstolo Paulo na Primeira Epístola aos Coríntios: “*Não erreis: nem os **devassos**, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os **efeminados**, nem os **sodomitas**, nem os **ladrões**, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os **roubadores** herdarão o Reino de Deus*” (1CORINTIOS, 6:10).

Percebemos que a formação discursiva do apóstolo Paulo, a respeito dos “pecados” que levam à perda do “reino de Deus”, pode ser classificada em três campos semânticos: promiscuidade, crime e vício. Segundo nossa análise, os pecadores da promiscuidade são: os devassos, adúlteros, efeminados e sodomitas; o pecado do crime reúne

os ladrões e roubadores; por último, o pecado do vício é praticado pelos idólatras, avarentos, bêbados e maldizentes.

Desse modo, podemos estabelecer ligação direta entre a formação discursiva do apóstolo Paulo e a formação discursiva do pastor e psicólogo Silas Malafaia, no sentido da equiparação entre homossexualidade, criminalidade e condutas nefastas, em que o discurso sobre “pecado” defendido pelo Cristianismo, não distingue a condição homossexual, de crimes ou vícios e, comprova o que diz Orlandi (1996, p. 259): “o discurso teológico se manifesta como um comentário a um texto de origem, há sempre um dizer já dito, um redizer da significação divina”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das respostas dadas pelos pastor e psicólogo Silas Malafaia, em entrevista ao programa de televisão “De Frente Com Gabi”, do SBT, em 2013, a respeito da sua militância contra a homossexualidade, constatamos a presença de um discurso acintoso, irrefletido, cristalizado e, sem qualquer possibilidade de abertura à revisão, haja vista, que a ideologia materializada nesse discurso, a saber, as Escrituras Sagradas da Bíblia, é considerada pelos fundamentalistas como verdade inquestionável oriunda do próprio Deus. Por isso, a missão de todo cristão é defender a vontade divina, expressa na Bíblia, e fazê-la ser respeitada e obedecida por todos povos e nações.

Desse modo, a ideologia defendida pelas atalaias do fundamentalismo bíblico pretende adquirir *status* de lei, se impor sobre as leis terrenas, gerenciar o comportamento humano e, contestar quaisquer culturas e contribuições científicas sinistras à Palavra, tendo em vista, que as determinações de Deus, o Ser Supremo e Criador que está acima de todas as coisas, devem ser elevadas sobre qualquer outra vontade. Observamos que o pastor-psicólogo mostra-se convicto de conhecer as causas da homossexualidade e de possuir o “antídoto gay”; negligencia a existência de preconceito ou violência física motivados por intolerância sexual; combate a extensão dos direitos civis como casamento e adoção de crianças aos casais gays; e, associa a homossexualidade a condutas subversivas, promíscuas e nocivas ao futuro da Humanidade.

Notamos que Malafaia direciona sua atenção à insurgência do movimento gay, ou seja, à militância que questiona sua segregação social motivada pela tradição religiosa e luta por igualdade nos aspectos civis. Os sujeitos gays que continuam vivendo nas sombras, à margem da sociedade heterossexual não representam uma grande ameaça para o pastor, embora sejam desprezados também. Por sua vez, os homossexuais que desejam abandonar a vida dissoluta, resgatar sua verdadeira natureza por força da fé e desfrutar dos direitos que Deus e o Estado devem reservar apenas aos heterossexuais, são bem vistos e bem-vindos à igreja para tomar posse da sua “restauração”.

Feitas essas considerações, constatamos que o pastor Malafaia constitui-se como autor ao se inserir em uma Formação Discursiva, a fim de dizer de uma forma e não de outra. Para isso, formula seu discurso a partir de discursos outros que se encontram alojados na memória discursiva, isto é, o interdiscurso (já dito) com o intradiscurso (formulação do dizer).

Discursos como esses, nos dias atuais, em que a liberdade individual é bastante defendida por autoridades em saúde e entidades de direitos humanos, geram muita polêmica e

ganham grande visibilidade, graças a utilização dos meios de comunicação de massa que alcançam multidões: canais de rádio, televisão, de imprensa física e virtual, que objetivam globalizar a ideologia cristã. As atuações das frentes fundamentalistas inseridas na política nacional impulsionam ainda mais esses discursos. Todos esses recursos possibilitam a difusão dos princípios cristãos além dos limites do templo físico e provocam grande debate sócio educacional entre conservadores e liberais, levantando a discussão sobre os limites da religiosidade no Estado Laico. Vale ressaltar, que a Análise do Discurso deve ser relacionada diretamente à exterioridade discursiva, ou seja, levar em consideração seus aspectos sociais, culturais e ideológicos.

Assim, constatou-se no *corpus* analisado uma polarização entre o discurso religioso milenar de repúdio à homossexualidade e o discurso científico atual, democrático e refletido acerca do tema. O discurso analisado põe em relevo uma voz social constituída pela parcela ultra conservadora, geralmente guiada por uma ideologia cristã. Por sua vez, o discurso da entrevistadora dá vazão à voz dos grupos de esquerda que reivindicam liberdade e inclusão. Constatou-se ainda, que o sujeito do discurso analisado utiliza seu lugar de poder e enuncia a partir dele a respeito da temática do Cristianismo e Homossexualidade no séc. XXI: religião *versus* ciência no Estado Laico, revelando em seu discurso a formação ideológica na qual está inserido.

O âmbito escolar, do ensino básico ao acadêmico, tem a pretensão de formar cidadãos críticos preparados para conviver com a pluralidade de pensamentos que norteiam as sociedades democráticas. Por isso, a discussão no ambiente educacional sobre a abordagem da homossexualidade enquanto mais uma das possibilidades de expressão sexual, como forma de refutar um preconceito histórico, tem dividido a sociedade e mobilizado os paladinos do conservadorismo religioso a se insuflarem contra essa corrente de pensamento.

Isso significa que, se o conhecimento tem contribuído para com a erradicação do preconceito motivado pela orientação sexual na nossa sociedade, a interferência do pensamento mágico da religião nas leis do país, no nosso entendimento, configura-se um retrocesso que promove a manutenção de preconceitos seculares, ameaça as liberdades individuais já conquistadas e dificulta a implantação plena da igualdade de direitos.

Entendemos que o exercício à liberdade de credo e de expressão são garantias constitucionais pétreas e, que certas ideologias irrefletidas disseminadas pelas religiões na sociedade não são absorvidas por unanimidade entre os fiéis. Contudo, o discurso não pacífico, que desqualifica e segrega o indivíduo que não se enquadra nos moldes religiosos,

revela a face do preconceito existente que só será superado através da elucubração e do respeito mútuo.

Por fim, os sentidos dependem da inscrição ideológica da enunciação, isto é, do contexto social e histórico em que o discurso está inserido. Assim, a constituição do sujeito e dos possíveis sentidos do discurso não podem ser dissociadas das suas condições de produção.

REFERÊNCIAS

BLANCARTE, Roberto. O Porquê de um Estado Laico. In: LOREA, Roberto (org.) **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 10/05/2016.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **A Invenção da Homossexualidade**. Disponível em: periodicos.ufrn.br/bagoas/article/download/2268/1701. Acesso em: 13/05/2016.

CECCARELLI, Paulo Roberto; e FRANCO, Samuel. 2010. **Homossexualidade: verdades e mitos**. Disponível em: <http://ceccarelli.psc.br/pt/wpcontent/uploads/artigos/português/doc/homoverdmit.pdf>. Acesso em: 05/03/2016.

CHAVES, Anselmo De Lima. **A Psicologia e a “Cura” da Homossexualidade**. Disponível em: PsicologiaPrivada.blogspot.com/2013_04_01_archive.html. Acesso em: 12/04/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 001/99. Disponível em: cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao_1999_1.pdf. Acesso em 15/05/2016

I CORÍNTIOS: In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. Ed. 1995. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

DECLARAÇÃO DO PAPA FRANCISCO SOBRE GAYS. Disponível em: <http://www.G1.globo.com/mundo/.../declaração-do-papa-francisco-sobre-gays-gera-reações>>>. Acesso em 14/05/2016.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil**: recompondo um histórico. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf

FEITOSA, Reuel P. **O Averso do amor**. 3 ed. Belo Horizonte, Venda Nova, 1979.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1995.

FREUD, S. **A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher**. Obras completas, ESB, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1920)

GANEM, Cássia Maria Senna. **Estado Laico e Direitos Fundamentais**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/estudos/outros-publicações...direitos-fundamentais-estado-laico-direitos-fundamentais>. Acesso em 13/05/2016.

GÊNESES: In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. Ed. 1995. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

IBGE. Censo 2010: **número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia. Acesso em: 02/05/2016.

INSERÇÃO NACIONAL DO PSC MAIO 2013 MARCO FELICIANO. Disponível em: <https://youtu.be/TaGJ-PRVgqs>. Aceso em: 18/04/2016.

JONES, Ernest. Vida e obra de Sigmund Freud. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

LEVÍTICO: In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. Ed. 1995. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

LOPES, Patrícia. “Homossexualidade”; *Brasilecola*. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/homossexualidade.html>. Acesso em: 28/04/2016.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: -. e BENTES, Anna Crhistina (orgs). **Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NATIVIDADE, Marcelo & OLIVEIRA, Leandro de. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. **REVISTA LATINOAMERICANA**; n.2 - 2009 - pp.121-161. / www.sexualidadsaludysociedad.org.

_____; Homossexualidade, Gênero e Cura em Perspectivas Pastorais Evangélicas; **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 21 Nº. 61**. 2006.

OLIVEIRA, Alcemar. **Os familiares e a inquisição no Brasil colonial**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/inquisição-brasil-colonial/shtml>. Acesso em: 18/04/2016.

OLIVEIRA, Leandro de. O gênero dos invertidos: representações das práticas homossexuais de homens e mulheres no nascimento da sexologia brasileira, In: Lopes D. et al. **Imagem & diversidade sexual**: estudos da homocultura. São Paulo: Nojosa Edições, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes (2007).

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

PAYNE, Leanne. **Imagens Partidas**: restaurando a integridade pessoal meio da oração. Tradução de Elisabeth Gomes. São Paulo: Sepal, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Campinas, SP: EDUNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; Hak, Tony. **Por Uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: EDUNICAMP, 1990.

PEDROSA, C. E. F. **Discurso Religioso**: funções e especificidade. Soletas, Rio de Janeiro, v.14, 2001.

RESPOSTA DO GENETICISTA ELI VIEIRA A SILAS MALAFAIA. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=3wx3fdnOEos>>> Acesso em: 15/02/2013.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa...** A Educação Sexual no Brasil nos documentos da Inquisição dos séculos XVI e XVII – UNESP. Disponível em: www.anped.org.br/reuniões/28/textos/ge23/ge231146int.rft. Acesso em: 15/05/2016.

RODRIGUES, Sérgio; **Homossexualismo ou Homossexualidade?**; Veja Online. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/consultorio/homossexualismo-ou-homossexualidade/>.> acesso em: 20/05/2016.

ROMANOS. In: **A Bíblia Sagrada**. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e corrigida. Ed. 1995. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

SAMPAIO, Pedro. Disponível em: pedro-sampaio.blogspot.com/2013/03/o-que-psicologia-tem-dizer-sobre.html. Acesso em: 28/02/2016.

SÉMAN, Pablo. **A Fragmentação do Cosmos**: Um estudo sobre as sensibilidades de fiéis pentecostais e católicos de um bairro da Grande Buenos Aires. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

SILAS MALAFAIA DE FRENTE COM GABI. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Myb0yUHdi14>> Acesso em: 18/05/2013.

SILVA, José Amilton Da. In: **O Olhar das Religiões Sobre a Sexualidade**. Disponível em: www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/728-4.pdf. Acesso em: 12/04/2016.

SYLVESTRE, Josué. **Irmão vota em irmão**. São Paulo: Ed. Pergaminho. 1986.

TANNAHILL, Reay. **O Sexo na História**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1980.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. **Evangélicos Pentecostais na Política Partidária brasileira**: de 1989 a 2010. Disponível em: www.dhi.uem.br/gtrelição/anais4/st8/2.pdf. Acesso em: 18/05/2016.

XAVIER, João Carlos. **O dia em que nasci de novo**. Rio de Janeiro, Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), 1993.